



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 462 - DE 15 A 29 DE SETEMBRO DE 2013 - R\$ 3,00

Campanhas Salariais: Forte tendência grevista tem de ser impulsionada



**Síria:
Virar todas as armas
contra o imperialismo!**

**40 anos do golpe militar no Chile,
é necessária e imprescindível
a criação do Partido
Operário Revolucionário**



Política Operária – Espionagem

Soberania pisoteada

As revelações de que os Estados Unidos controlam pelos meios eletrônicos até mesmo o que se passa no círculo mais fechado do governo brasileiro não causou tanta repercussão quanto deveria. Trata-se de uma grave violação da soberania do Brasil.

A ação da Agência de Segurança Nacional (NSA) tem como um dos focos a espionagem o petróleo. Os computadores da Petrobrás foram invadidos e vasculhados.

As informações vazadas dos arquivos do ex-agente Edward Snowden e publicadas no jornal inglês *The Guardian* são provas irrefutáveis de que o governo norte-americano se valeu do seu poderio eletrônico para penetrar nos segredos de Estado do Brasil. O presidente Barack Obama não teve como negar a denúncia.

Edward Snowden, refugiado na Rússia e perseguido como traidor da pátria, provavelmente vazou alguns poucos dados do gigantesco arquivo sobre a sistemática invasão de privacidade do Brasil e do mundo. Dilma Rousseff, no entanto, não obteve nenhuma resposta de Obama que abrisse uma porta de saída para o governo brasileiro aparecer perante a nação de cabeça erguida.

As reuniões com altas autoridades dos Estados Unidos foram infrutíferas. Não há argumento de segurança nacional da maior potência que sirva de justificativa à invasão dos segredos de Estado de um país que segue no fundamental os ditames do imperialismo norte-americano. O Brasil não é um Irã, Coreia do Norte, China, Rússia, etc. É considerado um “parceiro” pelos Estados Unidos.

Se há um país que se alinha à política estratégica e aos interesses gerais do imperialismo norte-americano na América Latina, é o Brasil. A burguesia brasileira se encontra em grande medida entrelaçada aos monopólios e ao capital financeiro norte-americano. Não há nenhuma potência que rivalize com os Estados Unidos no controle interno de nossa economia nacional. É claro que as contradições do capitalismo mundial e interno não possibilitam alinhamento sem conflito.

O governo de Lula pretendeu dar ares de certa independência sob o rótulo do multilateralismo. As dissintônias em torno de questões como o domínio da energia nuclear do Irã e a voracidade intervencionista dos Estados Unidos não levaram a nenhuma ruptura com o alinhamento. O fato da administração de Lula agir com cautela perante o chavismo e seus congêneres nacionalistas, não servindo de tropa de choque dos Estados Unidos, mas de negociador, também não pôs em risco a “parceria”. Impulsionado por uma situação econômica favorável, Lula pôde desenvolver uma política exterior ativa. O que expôs certas diferenças com a linha internacional dos Estados Unidos. O resultado sem exceção resultou na demonstra-

ção de uma quixotesca pretensão de independência e de brilho próprio.

Com a crise aberta em meados de 2008, houve uma reversão. O governo de Dilma imediatamente se viu de mãos amarradas pelo seu gigantesco “parceiro”. O entusiasmo do multilateralismo petista se esvaziou. Não passou de um encanto primaveril.

O fato de o Brasil ser um país de grandes reservas de matérias primas e os Estados Unidos delas necessitarem em abundância os interligam estrategicamente. A descoberta do pré-sal despertou uma importância maior ainda da semicolônia brasileira aos interesses mundiais da potência do Norte. É evidente que o Pentágono e a Casa Branca não deixariam de fazer suas incursões costumeiras por cima de nossas fronteiras nacionais.

O aperfeiçoamento dos meios eletrônicos facilitou a espionagem. Poucos são os Estados capazes de limitar a invasão norte-americana aos dados de segurança nacional. Seus satélites vasculham até os detalhes. A possibilidade de o Brasil enfrentar os ataques cibernéticos é reduzida. Não há por que se surpreender com as revelações de Snowden. O que causa escândalo é a comprovação que aquilo que se sabia ocorre em tese é real. O maior escândalo, porém, não está em ver os sigilos de Estado ser extraídos por meios criminosos. Está em o governo e a burguesia brasileira se mostrarem impotentes diante dos abutres que lhes arrancam pedaços dos olhos.

Dilma deu prazo de uma semana para Washington dar uma explicação plausível. Já venceu o ultimato e ainda se discute se a presidente irá ou não ao encontro marcado com Obama. Nem mesmo o gesto simbólico e imediato de cancelar em protesto a reunião o governo petista foi capaz.

E por quê? Porque a burguesia brasileira pouca importância deu à revelação. A pequena-burguesia sensível à soberania não encontrou em nenhum partido uma referência para se mobilizar. O proletariado controlado pela burocracia, sem seu partido revolucionário, não tem compreensão e a mínima consciência socialista que o levaria a se colocar diante da violação da soberania com a bandeira da independência nacional. A classe operária é que poderia se levantar contra a ingerência dos Estados Unidos na segurança nacional do Brasil. E assim motivar as camadas pequeno-burguesas a defender o País contra a espionagem.

O primeiro passo na luta antiimperialista é a de colocar o rompimento do Brasil com os Estados Unidos. Com o programa de expropriação das multinacionais, nacionalização sem indenização e implantação do controle operário da produção, é possível a defesa da real independência e da soberania nacional.

Mais Médico

Por que o governo de Dilma Rousseff não enfrenta de fato a crise da saúde

Dilma Rousseff não enfrenta de fato a crise da saúde por dois motivos: 1) por se tratar de uma crise estrutural do sistema público da saúde; 2) por ser incapaz de tomar medidas de grande alcance, ainda que não estruturais.

A população é sacrificada no capitalismo de muitas formas, uma das mais graves é a impossibilidade de acesso à saúde. Os ricos contam com uma medicina de ponta. É na saúde privada que se concentra o corpo médico qualificado, a avançada ciência, os métodos de cura e a tecnologia.

A indústria da saúde é um ramo altamente lucrativo. Constitui-se em um sistema complexo internacionalizado. A indústria farmacêutica e a indústria de aparelhos hospitalares condicionam o funcionamento geral da saúde. Reforçaram a divisão do trabalho interno a esse ramo econômico ao ponto de elevarem a especialização a um grau inimaginável. O que colocou a medicina e os médicos em profunda dependência do sistema tecnológico de saúde. A noção do todo foi substituída funcionalmente pela parte.

Tudo indica que a especialização permitiu maior conhecimento específico. Mas o custo para integrar as especialidades e viabilizá-las tecnologicamente é altíssimo. O que por si só amplia as diferenciações de classe no acesso à saúde.

Não há novidade que em toda atividade social comparece a divisão de classe do capitalismo. As tremendas dificuldades e tormentos dos pobres, que constituem a maioria explorada e oprimida do país, com as doenças e dores do corpo, sempre existiram e haverá quem diga que ainda foi pior no passado. Mas, se considerado relativamente ao desenvolvimento econômico do Brasil, à sua gigantesca concentração de renda e propriedade, à capacidade do Estado, à organização hospitalar e ao progresso científico-tecnológico da saúde, verificamos que os explorados vivem em situação de barbárie. É o que se verifica na impossibilidade de receber uma assistência e um tratamento básico.

Não há uma rede pública de hospital que corresponda às necessidades elementares, com abrangência universal. O governo, com seu projeto de Mais Médicos, colocou à luz do dia a enorme concentração de profissionais em determinadas regiões e centros urbanos e carência total em outras. Também não é um fenômeno novo. Mas se considerado também relativamente às condições do País, trata-se de uma brutal distorção social.

Os opositores do Ministro Padilha dizem que importar médicos não é a solução, uma vez que não há falta de médicos. O problema, para eles, está no financiamento da saúde pública. O Sistema Único de Saúde (SUS) seria um poderoso instrumento caso tivesse verbas para ampliar a rede hospitalar, reformar os hospitais já existentes, aparelhá-los, remunerar os seus profissionais e dar condições de trabalho aos médicos.

Não há como o governo petista discordar desse diagnóstico que qualquer mentecapto o faria. O problema é saber por que o orçamento da União não despende verbas suficientes. Nem os governistas, nem a oposição se animarão em ir ao fundo da

questão: o enorme endividamento do Tesouro, a sangria dos juros, os significativos gastos parasitários (burocracia, segurança, etc.), desperdício, corrupção, subsídios a grupos econômicos, etc. Basta ver apenas a fábula que se gasta com o legislativo e o judiciário. Nestes dois poderes, se encontra o retrato do parasitismo e toda sorte de desvios.

A oposição dirá que sobraria mais dinheiro para a saúde caso o governo petista não inchasse a máquina estatal e mudasse as prioridades nos gastos. Conversa fiada. Não será com um pouco mais de economia nos gastos que se enfrentará a putrefação do sistema público de saúde. Um aperto fiscal viria tão-somente para garantir o superávit primário e o pagamento dos bilhões de juros aos banqueiros.

O argumento da falta de financiamento da saúde lançado pela Associação Médica Brasileira (AMB) e políticos da oposição obscurece a raiz do problema e serve à politicagem. Não podem sequer identificar seriamente um dos aspectos da crise da saúde pública do Brasil, que é o brutal gasto e desperdício com o parasitismo (a dívida e os juros são apenas uma de suas facetas). De fato, a aplicação de 3,77% do PIB (em 2010) indica uma das fontes dos descabimentos da saúde pública. Mas nenhum governo burguês se animaria a cancelar a dívida e estancar a sangria dos recursos da União.

A reivindicação de que as verbas subam para 10% do PIB tem sentido, como medida imediata e emergencial. Mas não se pode pôr de lado o fundamental da crise estrutural da saúde: a privatização, a mercantilização e o alto custo da saúde. Enquanto a saúde servir à concentração monopolista, será impossível ao Estado cumprir com o mínimo necessário perante as dificuldades da maioria. É preciso que Sistema Único de Saúde deixe de ser subsidiário ao sistema privado monopolista e cartelizado.

A solução é estatizar toda a saúde. Um só sistema público e gratuito para toda a população. A população deve ter o controle dos custos e do funcionamento do sistema de saúde. Essa é uma medida transitória para pôr fim ao tormento vivido pela maioria e acabar com os privilégios de classe. Está mais do que madura a necessidade de levantar um movimento pelas verbas, pela estatização sem indenização do setor privado e constituição de um sistema único estatal sob o controle da classe operária.

Importação de médicos

O plano “Mais Médico” é apenas um tapa buraco. O próprio ministro Alexandre Padilha diz que a importação de médicos de vários países se trata de uma medida provisória. Para atender a saúde básica dos lugares descobertos, são necessários mais de 15 mil médicos.

O Ministério da Saúde recorreu à Organização Pan-americana de Saúde (Opas), que faz convênios internacionais de exportação e importação de médicos. O ministro argumenta que o Brasil está fazendo o que inúmeros países fazem, incluindo potências, como os Estados Unidos e Inglaterra. É sintomático

que Cuba é exportadora. O que quer dizer que a Ilha tem um excedente considerável. Toda população cubana é assistida. Essa posição invejável resultou da revolução socialista.

Por que os Estados Unidos e Inglaterra importam médicos se têm as melhores universidades, a medicina mais avançada e fartos meios materiais? O Brasil não tem todas as vantagens das potências, mas também não há razão para importar. Então por que importam? Porque a saúde é de classe. A imensa maioria dos médicos se vinculam à saúde da classe média e da burguesia.

O Conselho Federal de Medicina (CFM) rechaçou o programa “Mais Médicos” com o argumento de que não há falta deles no país, apresentando dados. O problema está em que os médicos não se sujeitam a sair dos grandes centros urbanos, ainda mais para trabalhar no SUS que paga um salário considerado aviltante, que não tem um plano de carreira e que não garante condições hospitalares à altura.

O SUS está contratando médicos para as áreas carentes com um salário de R\$ 10.000,00. O salário mínimo é de R\$ 678,00 e a média salarial do país é de cerca de R\$ 1.300,00. O médico que tenha esse salário básico, está ganhando 14,74 salários mínimos. A diferença é enorme. O salário mínimo real para uma família de 4 pessoas é de pouco mais de R\$ 4.000,00. O cálculo do Dieese é de R\$ 2.860,00. Ocorre que os médicos formam uma profissão que alcança altos ganhos. Estão entre as maiores rendas. E seu futuro não está no SUS, mas no sistema privado. Qualquer médico sonha alcançar os hospitais de ponta, onde se ganha muito e se tem prestígio, digno das elites da burguesia e da alta classe média.

Vejamos um depoimento da secretária de Saúde municipal de Cubati, na Paraíba: “Já perdi médico por R\$ 200,00, para uma cidade vizinha. A gente paga R\$ 7 mil líquidos no posto de saúde da família e R\$ 1,8 mil por um plantão de 24 horas, mas mesmo assim, ninguém para aqui, é uma grande rotatividade, muitos não têm compromisso, só querem dinheiro”.

O médico é um pequeno proprietário do conhecimento especializado, que o vende no mercado que melhor remunera. Não se importa com problemas nacionais da saúde pública. Essa posição tem uma implicação social. O médico se volta para as camadas ricas da sociedade. É o que se passa em qualquer país capitalista. Não em Cuba, enquanto a restauração não se impor completamente. O Estado burguês está obrigado a cuidar da saúde dos pobres e miseráveis, caso contrário teria de enfrentar rebeliões. Mas os cuida com o mínimo ou abaixo do mínimo.

Não é possível formar uma consciência social dos médicos sobre a importância coletiva da medicina, justamente porque sua especialização e seu trabalho é uma peça do mercado. O que não quer dizer que uma parcela não possa romper com o individualismo pequeno-burguês e se lançar na luta social, desde que a classe operária se mostre organizada e se imponha com seu programa. Constatamos que a carreira médica sempre foi monopólio da classe média alta, que nenhum vínculo tem com as massas. Mesmo com a abertura da carreira para o acesso de estudantes da classe média baixa, o exercício da medicina continua a ser monopólio e aspiração de elite. Nesta condição,

se encontra a explicação do porque da reação tão dura da oligarquia médica, encastelada no Conselho Federal de Medicina (CFM) e na Associação Médica Brasileira (AMB).

Esses organismos são cidadelas da reserva de mercado da profissão e dos altos ganhos da aristocracia de sapatos brancos. Nunca fizeram exigências sérias perante o governo para se potencializar o SUS. Agora, se levantaram furiosamente contra a vinda dos médicos cubanos, alegando inúmeros motivos. É vergonhoso o movimento de xenofobia, de achincalhamento e de preconceito, promovido por esses organismos e congêneres sindicais. O CFM e a AMB são instrumentos da medicina privada, dos poderosos grupos hospitalares e da aristocracia médica. Os explorados devem execrar os ataques da máfia branca, cujo único interesse é a de manter a medicina de casta. E os tontos que foram ao aeroporto desmoralizar os médicos cubanos devem ser desprezados por sua mesquinhez e por servir à aristocracia médica. Esse lamentável espetáculo ocorre em um país onde as massas padecem das mais elementares condições de saúde pública e onde brilham os hospitais dos milionários.

Qualquer ser humano doente, com dores e diante dos extremos da vida e da morte clamaria por um médico, mesmo que este só falasse japonês. Antes assim, do que nada. Pouco lhe importa se tem o Revalida ou não, se está bem ou mal qualificado. O doente quer um médico a qualquer custo. A burguesia não lhe dá nem o farto de experiência, nem o inexperiente. O drama dos pobres é ter um médico. O “drama” da aristocracia médica é o de controlar o mercado de trabalho e manter os altos ganhos. Trata-se de uma contradição objetiva da sociedade de classe e não de contradição moral, humanitária, etc. A imoralidade da aristocracia médica é um reflexo justo das contradições objetivas.

Não temos dúvida de que o Mais Médico do governo Dilma é mais um lance da politicagem eleitoral. Vai fracassar em seu objetivo de garantir médicos em todos os rincões do Brasil. Temos de dizer com toda a clareza que o emplasto do “Mais Médico” é uma forma do governo burguês petista ir aos explorados com o velho assistencialismo. É com esse meio que se acoberta a responsabilidade da burguesia e de seus agentes perante a barbárie em que está mergulhada a maioria nacional oprimida.

Não se trata de rechaçar os médicos estrangeiros, não se trata de zombar dos médicos cubanos e não se trata de proteger a casta médica. Trata-se de ir à raiz da crise estrutural da saúde pública (a privada não sabe o que é crise), que está na sociedade de classe, na exploração do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção. O sistema de saúde – público e privado – existe e funciona de acordo com esta base material.

O programa da classe operária é o de criação de um sistema único, estatal e gratuito de saúde. O que implica estatizar sem indenização o sistema privado. Não rejeitamos a vinda de médicos estrangeiros pelo Mais Médico, mas mostramos que essa medida emergencial não frutificará. A vontade da população desassistida é que venha o médico em seu socorro. Essa vontade é que apoiamos, mas defendendo a via revolucionária de eliminação da medicina de classe.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Quem paga com a queda da produção industrial

Alguns setores da indústria vêm despencando. É o caso dos calçados, com queda de -5,4%; vestuário e têxteis, -3,7%; máquinas e aparelhos eletrônicos, -2,5%; outros produtos da indústria de transformação, -3,6%.

A consequência da retração industrial recai fundamentalmente sobre os empregos. O IBGE divulgou sua pesquisa trimestral, indicando a tendência de redução de empregos. Mês a mês, diminuiu o número de ocupações nesse setor estratégico. Em fevereiro, a queda foi de 1,5%; março, -1,4%; abril, -1,3%, maio, -1,2 e junho, -1,1%. São milhares de postos de trabalho eliminados.

A região mais atingida é a do Nordeste. De conjunto, a queda foi de 4,3%. Pernambuco e Bahia foram os estados mais golpeados pelas demissões, com 7,4% e 5,3%, respectivamente.

O que está na base da retração na indústria? Está a crise econômica mundial que derruba as exportações de manufaturados do Brasil e o consumo interno já não cresce como antes. Os empresários protegem seus negócios e seus lucros por meio da exigência de mais subsídios do governo, maior flexibilização do trabalho e corte de empregos. O projeto de Lei 4.330, que avança a terceirização para todos os serviços, é uma de suas exigências.

Qual tem sido a resposta das Centrais e dos sindicatos? A burocracia sindical lamenta as demissões, mas não move uma palha em defesa dos empregos. As campanhas salariais dos metalúrgicos, têxteis, etc. passam sem luta em favor dos empregos e dos salários. Como vemos, as demissões estão crescendo e a burocracia cada vez mais impotente e submissa ao patronato.

Defendamos nossos companheiros demitidos

Os operários eletricitários estão em luta contra as demissões. Cinco operários demitidos da Cemig Serviços ocuparam a sede da empresa Cemig (Belo Horizonte) e se acorrentaram. Fazem parte do grupo de 70 demitidos com o fechamento da empresa. Exigem que o governador Antônio Anastasia (PSDB) os reintegre na Cemig Distribuição. Denunciam que a Cemig Serviços não justificou as demissões. E protestam porque são funcionários aprovados no concurso público.

Operários estão a seis meses presos por liderarem a greve

Marcelo de Carvalho Vieira, Billy Araújo Rosa e Paulo Cesar Gomes Duarte são operários da Enesa (empresa terceirizada da Vale). Estão no Presídio de Itabira, em Minas Gerais. As prisões ocorreram em março, no momento da greve. A Vale, juntamente com a Enesa, responsabilizaram os três operários pela greve e pelas ações do movimento, entre elas o incêndio dos alojamentos. Querem, na verdade, punir as lideranças da greve e aterrorizar os trabalhadores.

O fato é que a Vale e a terceirizada Enesa pagam salários miseráveis, impõem a violenta precarização do trabalho, mantêm os operários em alojamentos sub-humanos e os submetem a uma péssima alimentação. Por isso, as greves são

O governo e a burocracia sindical governista dizem que a situação econômica é sustentável e que a queda na indústria é passageira. Esse argumento serve para deixar os operários à mercê do patronato. O crescimento econômico pode oscilar para cima e para baixo, mas a sua tendência geral é a de queda. Apesar dos Estados Unidos terem reanimado um pouco seu crescimento e a recessão na Europa ter se estabilizado, o que se prevê é um baixo crescimento do mercado mundial. Há uma previsão de que as exportações da América Latina e os preços de suas matérias-primas sofrerão baixas. Por outro lado, as importações continuarão em alta. Isso quer dizer que a economia geral da região está em descenso.

A crise na indústria brasileira se manifesta já a algum tempo. Os últimos dados mostram que o desemprego está aumentando em vários setores. No momento em que o crescimento artificial no ramo automobilístico se esgotar, o problema das demissões se agravará. A tarefa colocada é a de levantar as reivindicações que defendem os trabalhadores contra as demissões e o desemprego. Eis:

- 1) Estabilidade no emprego;
- 2) Redução da jornada sem reduzir os salários (aplicar a escala móvel das horas de trabalho);
- 3) Fim das terceirizações e incorporação de todos os terceirizados;
- 4) Fim do banco de horas, do Programa de Demissões Voluntárias e da suspensão temporária (lay-off).

Essas reivindicações devem ser discutidas em assembleias democráticas em todos os sindicatos. Somente assim a classe operária poderá enfrentar o agravamento da situação econômica.

O fechamento da terceirizada Cemig Serviços ocorreu em função de uma ação da justiça movida pelos Correios, que reivindica o direito de entregar as correspondências do Estado, incluindo as contas de energia. Trata-se de uma disputa entre a subsidiária Cemig Serviços e os Correios. Mas a consequência recaiu para os trabalhadores, que foram demitidos.

Que o governador do PSDB atenda as exigências dos demitidos. Fim das subsidiárias (terceirizadas). Estatização total da Cemig, sob o controle dos operários.

frequentes. Os métodos coletivos de luta são armas necessárias para impor as reivindicações e quebrar a intransigência das empresas.

Os operários saem em luta, protagonizam greves heroicas e colocam suas vidas em risco, porque sentem na pele a exploração do trabalho. Lamentavelmente, não contam com direções sindicais classistas, capazes de defendê-los diante da violência patronal. As ações judiciais sem mobilização da classe operária são letra morta. Está aí a comprovação: são já seis meses de prisão.

O fato é que tem se tornado comum a prisão de operários grevistas, a exemplo dos de Belo Monte e agora na Enesa. A cri-

minalização das greves, dos movimentos sociais e dos lutadores está se ampliando, porque não há uma resistência coletiva dos explorados e oprimidos. As direções sindicais lamentam, correm para a Justiça e deixam os trabalhadores apodrecendo nas prisões.

A prisão, a condenação e os processos judiciais são instru-

A multinacional GM quer impor mais miséria e demissão

Depois de anunciar o fechamento do setor MVA e a demissão de 897 operários, a GM de São José dos Campos dá sequência a seu plano de demissão e rebaixamento geral dos salários. Na reunião com os dirigentes sindicais por ocasião da campanha salarial, a GM fez a proposta de redução do piso salarial, congelamento da tabela de salários por dois anos e concessão de reajuste somente para janeiro de 2014.

A assembleia dos trabalhadores rejeitou a proposta da multinacional e reafirmou o reajuste de 13,5% e o piso salarial do Dieese, entre outras reivindicações. A GM conta com a desmobilização e a divisão dos trabalhadores. A direção do sindicato (Conlutas) tem a tarefa de unificar os metalúrgicos em uma só campanha salarial.

A denúncia da Conlutas de que foram agredidos por dirigentes dos metalúrgicos em frente à GM de São Caetano, quan-

mentos da burguesia para cercear o direito de manifestação grevista em defesa dos empregos, dos salários e dos direitos da maioria explorada.

Exijamos a liberdade imediata de Marcelo, Paulo César e Billy. Exijamos o fim de todos os processos contra os lutadores. Exijamos o fim da lei antigreve.

do da distribuição do Jornal Unificado da Campanha Salarial, atesta o grau de burocratização e de autoritarismo da Força Sindical, Paulinho e sua gangue.

O isolamento e fragmentação da campanha salarial favorecem os capitalistas. O sindicato metalúrgico do ABC (CUT) mantém a divisão dos operários e se aliam com as multinacionais para rebaixar o piso salarial do conjunto dos metalúrgicos e destruir direitos. A Conlutas, dirigida pelo PSTU, cometeu o grave erro de assinar o acordo das demissões e paga caro por essa conduta. Agora, necessita da unidade dos operários e da unificação das campanhas salariais para poder enfrentar a ofensiva da multinacional GM.

A defesa das reivindicações implicará a preparação da greve massiva. Será pela ação direta que os operários da GM arrancarão os 13,5% e impedirão as demissões em dezembro e as que estão por vir.

Multitek rompeu contrato com a Petrobrás e demitiu 1700 trabalhadores

A empreiteira Multitek, que prestava serviços para a Petrobrás, rompeu a parceria. Exige que a estatal pague 245 milhões pelos contratos e que faça as rescisões trabalhistas. De pronto, a Petrobrás se negou pagar as indenizações aos trabalhadores, dizendo que não é de sua responsabilidade. Por sua vez, a Multitek acusa a estatal de mudanças em orçamentos já aprovados. Como se vê, o conflito entre a Petrobrás e a empreiteira recaiu sobre os operários, que viram seus empregos voarem pelos ares.

As empreiteiras (terceirizadas) dependem das grandes em-

presas para vender seus serviços milionários. As grandes empresas, nacionais ou multinacionais, entregam suas obras para as terceirizadas. As terceirizadas contratam mão-de-obra com salários baixos e arrancam o sangue dos operários para cumprir os acordos entre capitalistas. Quando se desentendem, rompem os contratos e colocam na rua milhares de operários. É o que ocorre com a Multitek.

Está aí por que é preciso pôr fim à terceirização. Diante das demissões da Multitek, a exigência é que a Petrobrás incorpore os 1700 trabalhadores.

Assembleia aprovou a greve nacional dos bancários

Os bancários em assembleia em vários estados aprovaram a greve para o dia 19 de setembro, caso a Fenaban não modifique sua proposta de 6,1% de reajuste. A patronal ofereceu apenas a correção salarial pelo índice oficial de inflação. Os bancários reivindicam 11,93% (inflação e 5% de aumento real), o PLR de três salários mais R\$ 5.553,15, o piso do Dieese de R\$ 2.860,21 e outros direitos. As direções sindicais e o Comando Nacional esperam que a Fenaban modifique sua proposta até o dia 19, data que realizará nova assembleia. Caso contrário, recorrerão à greve.

As experiências com as greves passadas indicam que é necessário:

- 1) Que a greve nacional seja de manifestações massivas diárias. Nada de parar o banco e voltar para a casa;
- 2) Que a greve inicia unificada (bancos estatais e privados), com negociações unificadas. Nada de negociação por bancos e assembleias divididas para aprovar ou rejeitar a suspensão do movimento.

A força do movimento está no caráter nacional da greve e da unidade grevista, nas ruas.



Somente uma forte greve nacional dos trabalhadores dos correios imporá derrotas à ECT

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) apresentou a miserável proposta de reajuste de 5,27%. Os trabalhadores reivindicam 7,13% de inflação mais 15% de aumento e cerca de 20% de reposição de perdas salariais desde a época do Plano Real.

Diante da proposta e da intransigência da empresa, iniciou-se uma paralisação parcial em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins. A assembleia estava marcada para o dia 17, objetivando a greve nacional. Parte dos setores de Oposição à direção estalinista do PCdoB a acusa de deflagrar uma greve parcial a partir do dia 12, como pressão para a ECT conceder mais algumas migalhas e, com isso, cantar vitória. Que a burocracia usa todo tipo de manobra para impedir a ação coletiva da classe não é novidade. Trata-se de uma direção autoritária, burocrática e vinculada ao governo Dilma.

A ECT não está disposta a ceder diante das reivindicações. E se não houver uma greve massiva e combativa, dificilmente se arrancará alguma conquista. A greve nacional é uma arma poderosa dos trabalhadores. A burocracia fará de tudo para disciplinar



o descontentamento da base e contará com o instrumento da divisão entre os trabalhadores para limitar o potencial da greve.

A disposição dos trabalhadores é de uma greve combativa. Terá de enfrentar os capitalistas que comandam a ECT e combater duramente as direções que se vendem por um prato de lentilhas.

BAHIA

Subsecretário de Segurança Pública de Jaques Wagner (PT) atira contra membros do MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) ocupou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Salvador no dia 9 de setembro. O movimento reivindica a continuidade da reforma agrária, paralisada pelo governo Dilma, além da investigação e punição dos assassinos de Fábio dos Santos Silva, morto em abril deste ano com 15 tiros. Os camponeses denunciam, entre outras coisas, o descaso do governo federal e estadual com a questão agrária e a alta concentração de terras no país. Para se ter uma ideia, há um ano que o governo não publica novos decretos de desapropriação de terras, de modo que o movimento já considera o período do governo Dilma como os piores anos para a reforma agrária no país.

Segundo dados do Incra, no ano de 2012 foram assentadas apenas 7 mil famílias, enquanto 150 mil famílias ainda se encontram acampadas em todo o país. Na Bahia, há cerca de 50 mil pessoas acampadas em todo o Estado. O governo federal pôs fim a qualquer expectativa do MST de obter, mediante desapropriações e assentamentos, o avanço da reforma agrária. O movimento tem, desde o início do primeiro mandato do governo petista de Lula, se colocado como um dos apoiadores do chamado “governo democrático e popular”. Ocorre que os dados têm revelado na verdade um profundo retrocesso na chamada reforma agrária, além

do avanço na desnacionalização de terras e do agronegócio no campo, ocasionando a expulsão de pequenos proprietários, camponeses e indígenas, que são obrigados a engrossarem o contingente de sem terras no país.

Para completar, continuam os assassinatos de sem terras e lideranças no campo. No dia 10 de setembro, o MST se dirigiu à sede da Secretaria de Segurança Pública da Bahia, localizada no Centro Administrativo (CAB) para reivindicar a investigação e punição dos assassinos de Fábio dos Santos Silva, na região rural de Iguaí, no sudoeste da Bahia. Os sem terras foram recebidos a bala pelo subsecretário do governo Wagner, Ari Pereira, sob argumento de que os sem terras queriam invadir o prédio da secretaria. Jaques Wagner (PT) justificou a ação do subsecretário em nota pública, alegando que os sem terra já ocupavam o terreno e pretendiam subir as escadas para ter acesso aos outros pavimentos do prédio, quando foram impedidos pelos disparos. Wagner, de forma cínica, simplesmente legitima a ação de Ari Pereira, como o faz com a polícia militar da Bahia que assassina todos os dias jovens negros da periferia, sem qualquer punição. O MST precisa responder à altura a prepotência do governo com a retomada das ocupações de terra em todo o país, sob pena da repressão ao movimento se incrementar.

Manifestações no 7 de Setembro em Salvador

Enquanto o governo de Jaques Wagner (PT) e o prefeito ACM Neto manejavam o desfile do 7 de Setembro para alimentar as ilusões da população numa suposta independência do Brasil, movimentos sociais e populares, sindicatos, partidos e organizações políticas participaram do chamado Grito dos Excluídos em Salvador. O Grito dos Excluídos ocorreu no momento em que avança a crise mundial do capitalismo com impactos na economia brasileira com o aumento da inflação e do desemprego, portanto do custo de vida para as massas trabalhadoras.

Os manifestantes se concentraram na Praça do Campo Grande pela manhã, saindo em passeata até a Praça Castro Alves, dispersando-se em seguida. A manifestação denunciou o descaso dos governos estadual, municipal e federal com as necessidades e reivindicações dos trabalhadores e demais explorados, como terra, educação, moradia, emprego e salário. A polícia do governo Wagner acompanhava passo a passo a manifestação, para reprimir caso fosse necessário, como tem feito

com todas as manifestações e atos, desde junho até agora.

Na parte da tarde, houve uma manifestação de jovens intitulada “Operação 7 de Setembro”, também saindo da Praça do Campo Grande. Houve confrontos com a polícia militar, resultando na prisão de quase cinquenta jovens, inclusive menores, que foram levados à delegacia da região para prestar depoimentos. Quase 70 pessoas estão sendo processadas pela justiça burguesa por participação nas manifestações de rua na Bahia.

O Partido Operário Revolucionário (POR) participou das manifestações na parte da manhã do Grito dos Excluídos, junto com os movimentos sociais e populares, sindicatos e demais organizações políticas. Temos proposto a formação de um Comitê de Luta para denunciar a repressão policial que se abate sobre as manifestações e nos colocamos pela defesa do direito democrático de livre manifestação e pela libertação dos manifestantes presos pela polícia do governo Jaques Wagner (PT).

Comitê Estadual contra a Repressão em S. Paulo

Em 12 de setembro, se constituiu o Comitê Estadual Contra a Repressão, em cumprimento da deliberação da Plenária Estadual Contra a Repressão, realizada no dia 15 de agosto, após um ato que marchou pelas ruas do centro de São Paulo denunciando a brutalidade do Estado policial que reprime e criminaliza os movimentos sociais.

O POR, o MNN, a LER-QI, a Esquerda Marxista, o Levante e o Unidos foram as forças políticas presentes. Organizações como o Fórum dos Processados da USP e o Fórum dos Processados da Unifesp também compuseram o Comitê, assim como um representante da ANEL.

Os informes de abertura do Comitê expuseram a dura repressão encerrada nos inúmeros confrontos com a polícia, nas centenas de prisões e processos, nos artifícios legais como a lei antigreve e a CEIV (Comissão Especial de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas), que mostram a ofensiva repressiva do Estado.

A unificação dos movimentos sociais, a defesa coletiva, política e jurídica e o 2º Ato/Plenária Contra a Repressão foram os eixos do debate. Há uma necessidade dos movimentos se unificarem para combater de forma mais sólida a investida do Estado, que põe seu aparato repressor para atacar os lutadores,

descharacteriza as ações coletivas com as individualizações dos processos e transforma as vítimas da polícia em réus, penalizando o movimento em seu conjunto.

A ausência das maiores correntes políticas e organizações gerais do movimento mostra falta de compreensão política da necessidade de articular um amplo movimento de defesa política e jurídica dos processados, de defesa do direito democrático de se mobilizar pelas reivindicações. Negligenciar a defesa dos perseguidos políticos é colaborar, ainda que de forma passiva, para com a ofensiva repressiva e de criminalização dos movimentos sociais.

É preciso que a UNE, os DCEs e CAs, as demais correntes políticas, todos se somem à luta pelo fim dos processos políticos, libertação dos nossos presos, direito de manifestação e expressão e reversão das medidas de perseguição política (demissão do Brandão, eliminação de estudantes da USP etc.).

Toda força ao Comitê!

Publicamos abaixo a convocação para o ato do dia 19/09 em São Paulo. Haverá um ato com o mesmo conteúdo no Rio de Janeiro nessa mesma data e se pretende que o movimento se articule nacionalmente.

Todos ao 2º Ato/Plenária Estadual Contra a Repressão

Abaixo a repressão! Liberdade imediata aos presos políticos

Fim dos processos contra estudantes e trabalhadores

Fim do genocídio da população negra, dos trabalhadores do campo e indígenas

É urgente um movimento forte e unificado contra a repressão.

É preciso unir forças. Agregar as diversas tendências políticas e movimentos sociais em torno da luta defensiva contra a repressão: o que é preciso defender é o direito elementar de mobilizar pelas reivindicações!

Nas manifestações do dia 7 de setembro, mais uma vez, a repressão surgiu com toda força. Nas jornadas de junho, a juventude foi às ruas e detonou a maior onda de protestos da

história do Brasil e, como resposta, o Estado respondeu da única maneira que conhece: com repressão e mais repressão.

A repressão policial nas periferias e nas manifestações de

caráter político são uma constante no país: os casos recentes de perseguição ao Black Bloc, as mortes de Amarildo e Ricardo, os assassinatos na Favela da Maré, a repressão nos atos do MPL, nos atos contra a copa e na visita do papa apenas atualizam uma infindável lista de exemplos como as ações do governo federal e da Força de Segurança Nacional nas greves das obras de Jirau e Belo Monte, e as realizadas pela PM paulista nas constantes reintegrações de posse em ocupações de moradia, como em Pinheirinho, no início de 2012, e nas intervenções em universidades, como a Unesp, em 2007 e 2013, a USP, em 2007, 2009 e 2011, e a Unifesp, repetidas vezes, desde 2007 até 2012.

O acirramento da crise econômica, porém, reforça o caráter internacional do problema que enfrentamos. Tudo indica que serão necessárias muitas lutas mais. As bombas de gás que estouram no Chile, na Turquia e no Egito são as mesmas que nos reprimem aqui.

Da mesma maneira, a crise impõe um caminho para a juventude: é preciso ligar a luta dos jovens e estudantes aos trabalhadores. Mas, para defender as condições mínimas para uma vida digna, é preciso que nos organizemos; e ao nos organizarmos – em cada ato de rua, em cada greve, em cada ocu-

Resposta de PCO ao POR

Por trás da discussão jurídica está a capitulação política

De fato, a divergência do POR com o PCO sobre sua posição de aceitar, incentivar e conduzir parte dos estudantes da UNIFESP a aceitar a transação penal é total. Lembramos que nos manifestamos contra o acordo induzido pelo Ministério Público no Boletim da Corrente Proletária Estudantil. PCO se sentiu atingido pelo nosso argumento de que os indiciados não deveriam se sujeitar a pagar um valor (R\$ 400,00) ou um serviço comunitário, o que corresponderia admitir a existência de um delito. Tratava-se de um processo político, descaracterizado pela justiça como tal.

Defendíamos (e defendemos) que o movimento deveria permanecer unido e em luta pelo fim das acusações, dos processos e da criminalização do movimento estudantil. Nesse sentido, trabalhamos por ter uma defesa unificada de todos os indiciados e sustentá-la por meio de um Comitê dos Processados. PCO, ao contrário, usou seu advogado para individualizar e conduzir os indiciados à proposição do juiz que cuida do caso e do Ministério público.

O que se passa com os estudantes da UNIFESP não é um caso isolado. Há inúmeros processos em andamento, por exemplo os da USP e UNESP.

PCO se doeu e lançou um ataque ao POR, em um artigo que basta o título para se ver a intenção de desmoralizar o adversário por meio de um mar de adjetivação. Demos a resposta no documento intitulado “Ataque raivoso de PCO contra o POR. Por quê?” Mostramos que PCO rompeu a unidade de resistência do movimento pelo fim dos processos, trabalhando para que uma parcela dos implicados aceitasse as condições propostas pelo Ministério Público e pelo juiz que cuida do caso.

Na reunião do Fórum dos Processados do dia 30 de julho, apareceram as duas posições. A maioria estava por não aceitar o acordo e continuar a luta pelo fim dos processos. PCO estava completamente empenhado em convencer os estudantes sobre as vantagens da transação penal. No dia 3 de agosto, lá estava seu advogado no Fórum de

pação de universidade, em cada ocupação e greve de fábrica – sofreremos inevitavelmente a força da repressão, das reintegrações de posse, e das polícias.

O Comitê Estadual contra a repressão surge para construir essa luta unificada. As tarefas desse comitê devem ser a mobilização massiva contra a repressão e a defesa coletiva – política e jurídica – a todos os processados e presos políticos. Somos centenas e a cada dia novos companheiros se tornam vítimas da polícia e da justiça, que também é um instrumento repressivo da burguesia. Depende dessa defesa se dar concretamente nas ruas a derrota da farsa jurídica que transforma vítimas da repressão em réus.

Organizemos a luta contra a repressão em nossos locais de trabalho e estudo! Nos articulemos nacionalmente!

Liberdade imediata aos presos políticos

Fim dos processos contra estudantes e trabalhadores

Fim do genocídio da população negra, dos trabalhadores do campo e indígenas

Sobretudo: sigamos na luta, continuemos nas ruas

Dia 19/09 - Concentração às 17h no Teatro Municipal

Plenária na Praça Roosevelt – após o ato

Guarulhos representando 16 que admitiram o acordo; 20 não o aceitaram e 10 estavam espalhados em outros Fóruns. Essa fragmentação revelou a ausência de uma linha comum de luta contra a repressão, apesar de nossos esforços.

Nada poderíamos fazer nos casos em que individualmente o estudante resolvesse aceitar as condições do Ministério Público. Nossa atitude seria unicamente de reconhecer que não entendeu politicamente o sentido da ocupação e da repressão policial-judicial e manter a coesão daqueles que se elevaram na luta e estavam dispostos a manter no alto a bandeira de fim dos processos. PCO teve uma conduta política distinta da do POR: se empenhou em levar o caso até a transação penal, indo ao encontro do Ministério Público.

O ataque contra o POR não se deu no terreno dessa divergência. Ao contrário disso, o conflito de posição talvez fosse bom para o movimento. Infelizmente, PCO acobertou o fundamental das duas posições e lançou a sua invectiva em torno do argumento de que o POR simplesmente não sabia o que era a transação penal. Ao invés de esclarecer com sua sapiência jurídica (para isso PCO tem um advogado) e trazer à luz do dia a divergência de fundo, passou a nos cobrir de adjetivos que ao contrário de caracterizar o oponente acoberta as verdadeiras razões do conflito de posições.

PCO diz que não criticou o POR pelo fato de ter rejeitado a transação penal, mas apenas por seu desconhecimento do que é transação penal, o que caracterizaria o “cretinismo jurídico”. O que isso quer dizer? Que estávamos tão corretos em não aceitar quanto PCO em aceitar? Estranho raciocínio. Mas PCO tem uma aparente resposta a essa contradição. Eis: “A aceitação da transação penal foi ou não foi uma opção de cada estudante”. E conclui: “O PCO entende que a aceitação da transação penal ou a recusa dela não divide o grupo que foi preso no dia 6 de junho em dois”.

Vejamos se o argumento é correto. Como a aceitação da transação penal é uma decisão individual (“opção de cada um”), PCO, com seu

advogado, se pôs a serviço dessa escolha. Se este ou aquele indiciado não confiasse nos préstimos advocatícios de PCO, poderia se valer de outro qualquer. Ocorre que PCO trabalhou para que se aceitasse a via da transação penal e assim se chocou com a parcela que não admitia colocar a luta contra a repressão no plano da “opção de cada um”. Prevalecia nesta parcela dos indiciados a posição de que a resposta devia ser coletiva e não individual. É na decisão de aceitar a individualização ou manter a luta coletiva que residia a diferença política.

O PCO esteve com a posição de que cada um fizesse o que achasse melhor, incentivando a via da “opção de cada um”. O POR, ao contrário, esteve com a posição de manter a defesa coletiva contra os processos e não aceitação da via apresentada pelo Ministério Público. Na reunião do Fórum do dia 30 de julho, estas duas posições se chocaram. Não é indiferente para o movimento de resistência à repressão as duas vias em conflito. Se o PCO acha que a transação penal “é um benefício que pode ser usado por quem é réu primário” e que se trata de um “acordo realizado entre o cidadão e o promotor”, que quem aceita pagar em troca de não ser processado não é réu, que não é apenado e que quem disser o contrário incorre em cretinismo jurídico, só temos a dizer que falseia a realidade. Mas o que interessa é o porquê. Por que PCO agiu politicamente para conduzir os indiciados a aceitar a via da “escolha de cada um”, em contraposição aos demais? Resposta: porque PCO viu no acordo de transação penal o fim do conflito do movimento com a justiça. Se PCO estava convencido de que o melhor na situação era aceitar a transação penal para se livrar da dor de cabeça de um processo, deveria deixar claro qual preço se estava pagando. O POR mostrou exatamente o preço. E PCO se enfureceu porque sua via da individualização foi desmascarada. Cada um dos indiciados teve de assinar um acordo que dependia de cumprir uma pena – doar R\$ 400,00 ou prestar serviço comunitário. O pacote veio prontinho do Ministério Público e do juiz encarregado do caso.

Quanto à avaliação de que a opção por aceitar a transação penal e não aceitá-la não provocaria uma divisão e que o POR é que a está criando com seus ataques ao PCO, não é preciso de uma inteligência mediana para se ver o absurdo. Não estamos diante de um caso comum de criminalidade. O processo contra os estudantes é político. A decisão de individualizar cada caso é política, bem como a de manter a resposta coletiva de não aceitação. Aí está a divisão. O POR e o PCO somente expressaram e expressam duas posições políticas. Caso não fosse assim, não teria a menor importância polemizar com PCO.

A idéia de PCO de que o POR “iniciou um ataque contra o partido e os estudantes que optaram por essa via” (a da transação judicial) é malandragem. Criticamos a posição de assinar tal acordo e expusemos os argumentos. Não iríamos atacar aqueles que optaram por não enfrentar um processo, seguindo a opção individual. Mas iríamos mostrar que essa via enfraquece a luta daqueles que não aceitaram o acordo e que enfrentarão o processo. Essa manobra de juntar nossa crítica a PCO como se fosse a mesma dirigida aos estudantes que não suportaram a continuidade da luta é baixa e estúpida. Em nossa resposta “Ataque raivoso de PCO ...”, deixamos clara a distinção da responsabilidade de um partido da de um indivíduo que participou da heróica luta coletiva e que não foi capaz de entender que seu gesto individual é prejudicial para a causa comum.

Em nossa resposta ao seu artigo “POR: cretinismo jurídico e cretinismo puro e simples”, elucidamos o emaranhado de adjetivação e apresentamos cruamente o resultado negativo da diretriz de PCO para a luta contra a repressão. Sintetizamos a divergência nestas passagens: “Os estudantes presos e indiciados foram vítimas da repressão do Estado, do governo e da reitoria. A justiça os tornou réus

ao abrir um processo. Inclusive sob a acusação de formação de quadrilha.” (...) “Os estudantes terão de responder a processos, caso não tenhamos força para impor a bandeira de fim dos processos? Terão. Enfrentar processos políticos é parte da luta de classes e do enfrentamento ao aparato repressivo da burguesia. A posição de se safar dos processos acatando uma imposição da justiça é capitulação, quando não uma covardia política.” (...) “A tentativa de PCO de descaracterizar a situação de réu das vítimas da repressão política acoberta o caráter de penalidade ao pagamento em dinheiro ou trabalho”. “No caso da Unifesp, desde as primeiras horas, defendemos a organização de um movimento de resistência. O que não excluía a ação jurídica. Mas esta deveria estar subordinada à política. Propusemos uma campanha para formar uma defesa jurídica coletiva. A individualização quebraria a luta política.”

PCO desconheceu os nossos argumentos, não os enfrentou cara a cara, atacou pelas bordas e melhorou um pouco na adjetivação. Não encontramos novos argumentos para que nos despertasse alguma dúvida. Parece que PCO precisa repisar o seu grande achado sobre cretinismo jurídico e cretinismo puro. É com essa arma contra o POR que PCO escreveu seu cretinismo 2, talvez amanhã recebamos o cretinismo 3. Mas vejamos alguns aspectos que ainda guardam algum interesse.

Começemos por essa passagem do cretinismo 2. “Mas diz o POR, ‘o cretinismo jurídico dirá que não houve réu porque não houve julgamento. Mas por que os indiciados tiveram de doar dinheiro ou trabalho para as casas de caridades, etc.’?” A resposta a essa pergunta define a concretude da discussão e afasta a formalidade jurídica, a qual PCO se agarra como um naufrago em sua tábua de salvação.

Por que aqueles que aceitaram o acordo tiveram de desembolsar R\$ 400,00 ou prestar serviço? O POR afirma que é uma penalidade, sem julgamento. Eis a resposta de PCO - “*E nós respondemos: porque é uma negociação, ou seja, envolve as duas partes. O Estado abre mão de acusar alguém e a pessoa, em troca, porque é um acordo, paga um valor a uma instituição de caridade ou presta serviço. O que a pessoa ganha com isso? Evitar a dor de cabeça de um processo que, por mais inocente que ela seja, é sempre uma loteria e não se sabe no que vai dar e, logicamente, evitar a condenação. O pagamento, assim, não envolve pena de nenhum tipo.*”

Falso, falso! Não há negociação alguma. Politicamente, o governo e a justiça decidiram que era melhor levar os indiciados ao recurso da transação penal. Não se trata de saber o que se ganha individualmente. Mas se trata do que perde o movimento com a individualização, com a fragmentação da resistência e com a dispersão. Não se trata de livrar da “dor de cabeça de um processo” àqueles que combateram pela Unifesp e que não temeram ocupar o campus por duas vezes. Mas se trata de manter o movimento contra a repressão não se submetendo à pena determinada pela transação penal. O certo era PCO dizer com todas as letras: “pessoal vamos aceitar as condições determinadas pelo Ministério Público que para nos livrar de um processo, as quais estipulam uma pena branda, por apenas R\$ 400,00, evitaremos a dor de cabeça de enfrentar um processo, que pode impor uma pena mais pesada e acabar com nossa condição de réu primário”. PCO, deixe de acobertar sua desastrosa posição de fragmentar a resistência coletiva com o argumento de não houve pena alguma.

Tomemos um último argumento de PCO, que parece ter alguma gota de sentido político. Diz que, para o POR, “a forma do processo jurídico é central”, que por isso “adquire importância fundamental aceitar ou não a transação penal” e que “a luta está subordinada ao andamento do processo jurídico” e que, assim, o POR “luta pela inocência”. Conclui que o POR “transferiu a luta para o terreno jurídico” e que “a luta não tem mais validade fora dos tribunais”. Bela

invenção! PCO precisa se exceder na criatividade. Evita se referir à plenária do dia 30, em que se debateu a via da transação penal. A maioria estava pela defesa coletiva, contra a fragmentação da resistência e pela defesa do fim dos processos. A luta contra a criminalização passa pela defesa contra qualquer processo e punição. PCO transformou o pagamento estipulado pelo Ministério Público e pelo juiz em solução do conflito social com a justiça. Paga-se uma pena, não haverá julgamento, não haverá réu, não haverá dor de cabeça para ninguém e desaparecerá, neste caso, o motivo da luta contra a criminalização. O POR não transfere nada para o terreno jurídico e para os tribunais. A polícia invadiu a universidade, prendeu os estudantes e os colocou nas mãos da justiça. O choque é com o governo e finalmente com a justiça, que impôs uma condição aos 46 indiciados – a de assinar um acordo que prevê a punição em dinheiro ou serviço. Queiramos ou não, a luta política contra a criminalização está de frente com a justiça. Nossa divergência com PCO é que atuou para que os estudantes aceitassem o “acordo” do Ministério Público, assim fragmentando a luta. É sintomático que, dos 46 indiciados, 20 não se submeteram ao acordo. E não tem nada que ver com provar “a inocência”. Jamais os explorados e os oprimidos poderão provar qualquer inocência nos tribunais da burguesia. Mas poderão rechaçar e lutar contra as decisões dos tribunais que os tornam criminosos, o que inclui a transação penal.

PCO diz que o processo é apenas um obstáculo para a luta. Certo. Mas não será assinando um acordo que pressupõe que os estudantes

Paraná

Comitê pelo Passe Livre sofre ataque à sua bandeira de Estatização e defesa da vida das massas

Durante o mês de junho, na onda de mobilizações que varreu o país, em Londrina também houve manifestações de rua encabeçada pelo *Comitê pelo Passe Livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte Coletivo*.

O turbilhão de manifestantes que afluiu repentinamente compôs um agrupamento heterogêneo no qual as correntes que sempre conspiraram contra o Comitê aproveitaram para se infiltrar. Foi nesse período que o PSOL tentou introduzir – sem debate algum – a defesa do Tarifa Zero como uma das bandeiras do Comitê em substituição à Estatização do Transporte Coletivo que o Comitê defende desde a sua fundação em 2005.

Não tendo conseguido contrabandear a sua panaceia reformista, continuou os ataques nas reuniões gerais que se seguiram, enquanto ainda eram frequentadas por remanescentes das jornadas de junho, questionando obliquamente as bandeiras e reivindicando a sua substituição por outras que “dialogassem” com outros setores do município e permitissem ao “movimento” [nele agora se incluindo] abranger outros setores para, no final, formular uma “pauta local”. A pauta local seria um conjunto de reivindicações direcionadas a confrontar o atual prefeito, e bases para elaborar “políticas” para o município. A intenção eleitoral dessas propostas é transparente.

Em face desses ataques resolveu-se fazer um debate onde seriam confrontadas as bandeiras tradicionais do Comitê e a proposta do Tarifa Zero, num debate público. Esse debate ocorreu no dia 31 de agosto.

Nessa ocasião, ao invés de argumentar e defender a pro-

cometeram um delito (“crime”) e que pela “bondade” da justiça (“benefício”) não serão processados, desde que aceitem uma pena. Não há formalidade jurídica que possa esconder que os estudantes que assinaram a transação penal estavam na condição de infratores e que por isso algum tipo penalidade terão de cumprir.

O fato é que, agora, 20 estudantes prosseguem a luta contra a intervenção policial na universidade e contra as acusações da justiça. O problema permanece: o movimento deve responder coletivamente aos processos. É preciso organizar a campanha unificada contra o ataque de conjunto ao movimento estudantil. A bandeira das liberdades políticas, do direito de manifestação, que inclui o de ocupação, de autonomia universitária e fim dos processos políticos tem de ser levantada bem alto.

Está claro que as direções do movimento estudantil e da juventude têm se mostrado muito aquém das respostas necessárias à ofensiva da repressão. A tendência é de agravamento dos choques dos explorados e da juventude contra os governos e a burguesia. Uma firme posição revolucionária diante dos ataques dos inimigos das liberdades políticas condiz com as reivindicações imediatas, com as transitórias e com a estratégia socialista.

O POR convoca os estudantes a se organizarem e a lutarem contra a ofensiva da repressão. Cada resistência coletivamente organizada contra as ações policiais e judiciais, cada vitória contra os ataques dos opressores à liberdade política, constitui um avanço na luta de classes contra o capitalismo em decomposição. Esse é o único sentido que nos move a responder aos raivosos ataques de PCO.

posta do tarifa zero, o PSOL se limitou a atacar com mentiras o funcionamento do Comitê e a fazer acusações de ser “ideológico” e “estreito” nas suas bandeiras. Insinuaram que o Comitê não tinha um funcionamento democrático – falsidade que foi fartamente demonstrada por exemplos acumulados durante 10 anos de lutas – mas, o mais importante é que caracterizaram as bandeiras de *estatização do transporte e defesa do salário mínimo vital, escala móvel de trabalho e salário* como “ideológicas” ou “comunistas” demais, manifestação de uma “estreiteza política”.

Dessa forma, arrancaram publicamente a máscara e expuseram com toda crueza o seu reformismo. A condenação que tentaram fazer do caráter transitório das bandeiras do Comitê limitou-se a sua enunciação, mas quando exigimos que demonstrassem porquê as bandeiras do Comitê estavam equivocadas ou não eram vigentes, calaram a boca ou repetiam a ladainha de que não “dialogava” com movimentos como os defensores das ciclovias.

Durante o debate deixaram claro que as bandeiras do Comitê não deveriam ser uma ponte para os explorados se defenderem da opressão capitalista e confluir mediante essa mobilização para a luta pela liquidação do capitalismo, daí a crítica ao “comunismo” e “ideologização” das bandeiras. Pelo contrário, deveriam ser formuladas para incorporar “outros setores” e outras lutas que não eram contempladas pelo Comitê. Para eles, as “outras” lutas e setores são a pequena burguesia cuja tranquilidade eles não querem perturbar com ideias “comunistas”.

Não consideram legítimas a campanha de mais de três anos que o Comitê sozinho na cidade realiza em defesa do emprego

dos cobradores de ônibus, nem as mobilizações permanentes contra o preço das passagens, nem a iniciativa de impulsionar um Comitê contra a Repressão do Estado quando todos os advogados do Centro de Defesa de Direitos Humanos estavam vinculados à administração petista, nem a luta contra a expulsão dos camelôs pela prefeitura e tantas outras articulações feitas nas lutas nos bairros e colégios.

A inconsistência das críticas mal conseguia esconder a verdadeira finalidade que se propunham: atacar o Comitê e torcer suas bandeiras, ou seja, liquidá-lo.

E por que o PSOL precisa liquidar o Comitê? Porque na medida em que o Comitê aglutina os que resistem à opressão, não só dos donos dos transportes, mas dos que se enfrentam aos poderes locais, esse agrupamento não consegue ocupar o espaço que precisa para fazer a sua propaganda eleitorei-

ra aparecendo como os representantes das causas populares. Eles poderiam desenvolver movimentos que “dialogassem”, como eles tanto gostam, à margem do Comitê. Mas, a existência e reconhecimento do Comitê impede que eles se apresentem como os arautos das emancipação pela via eleitoral. Por isso eles precisam destruir o Comitê.

A realidade no entanto, está demonstrando a cada dia a urgência de se estender a propaganda das bandeiras de defesa da vida das massas, pois a violência dos ataques que a burguesia desfere por conta da convulsividade da crise, empurra os oprimidos ao combate. Se nesse momento as massas confluírem para os movimentos que formulam com clareza as bandeiras que efetivamente defendem sua integridade, é possível que consigam superar as ilusões nas instituições burguesas e trilhar o caminho da revolta revolucionária.

Tese da Corrente Proletária da Educação

Aos professores (as) deste Encontro Preparatório ao Congresso da Apeoesp,

A Corrente Proletária participa do Congresso sabendo que a burocracia que comanda a Apeoesp há muito destruiu a democracia sindical. No congresso, transformado em lazer, a maioria dos delegados comparece unicamente para referendar a política da diretoria. A despolitização é o meio necessário para aprovar reivindicações e métodos opostos às necessidades do professorado. Trata-se de um congresso aparentemente contra a política educacional do PSDB (SP). Isso porque não pode ser opor a sua essência, que é a mesma do governo Dilma/PT. Combater a burocratização é parte da tarefa de construção de uma direção classista e de luta para a Apeoesp.

A Corrente Proletária participa do congresso defendendo as reivindicações dos explorados, o método da ação direta e a mais ampla democracia sindical, para que o sindicato seja um meio auxiliar na luta de classes contra a burguesia e seus governos.

Crise econômica: saída imperialista é a da guerra e da barbárie. Resposta dos explorados: é a luta de classe

A luta das massas, de um lado, e a necessidade de os governos sustentarem direta ou indiretamente setores capitalistas em quebra, de outro, apenas evidenciam a impossibilidade da classe burguesa, pela natureza anárquica das relações de produção, conterem o desenvolvimento e socialização das forças produtivas. Demonstra a necessidade histórica da propriedade privada se transformar em coletiva e comprova que a fase de crise estrutural do capitalismo, que é a fase imperialista, corresponde à transição para o socialismo, que só pode vir pela revolução proletária.

Diante dessa situação, defendemos:

1. **Derrubada de todas as reformas destruidoras de direitos e empregos, impostas pelo imperialismo.**
2. **Autodeterminação de todos os povos. Fim da intervenção imperialista sobre os países atrasados.**
3. **Defesa do emprego e salário por meio da ação direta das massas. Fim da sangria das economias nacionais, a partir do rompimento dos acordos e pacotes com os organismos imperialistas.**
4. **Organizar as lutas sob a bandeira do governo operário e camponês. Pela Revolução Proletária!**

Governos despejam a crise sobre os trabalhadores e a juventude

1. A crise mundial do capitalismo atingiu o Brasil desde o início; seus impactos foram artificialmente retardados em virtude da ajuda governamental ao capital industrial, na forma de isenção de impostos. Esgotada essa medida, a desaceleração da economia não pôde mais ser ocultada pelo governo e pelas burocracias sindicais que ajudam a sustentá-lo. O aumento do custo de vida, a inflação e o desemprego são fenômenos que ganharão maior expressão no próximo período e devem ser enfrentados pelos trabalhadores. A crise econômica potencia a crise política. O governo do PT torna-se mais refém das oligarquias, expressas em bancadas como a dos ruralistas, a dos evangélicos e, sobretudo, pouco pode fazer para disciplinar o seu maior aliado, o PMDB.
 2. O agravamento da situação econômica potencializou os movimentos de resistência aos ataques à vida das massas. A reivindicação pela revogação do aumento do preço dos transportes, reflexo do aumento do custo de vida, levou a juventude às ruas. A brutal repressão que sofreu o movimento e a disposição da juventude em resistir alimentou o descontentamento geral da população. Os protestos não cessaram por completo, sobretudo, nas capitais. O problema do aumento do custo de vida, que está na base da mobilização contra o aumento do preço das passagens, mantém-se.
 3. A centralidade das reivindicações gerais, como o Salário Mínimo Vital e a Escala Móvel de Trabalho e de Reajuste deve ser impulsionada, caso contrário os movimentos não terão força para fazer frente à ação unitária da burguesia. Torna-se fundamental na situação a construção da direção revolucionária, que levante as reivindicações gerais e defenda os métodos da ação direta em oposição à pressão parlamentar.
- Diante dessa situação, defendemos:
1. Fim da terceirização, das leis antigreve e das investidas contra a previdência dos trabalhadores.
 2. Contra a inflação, defesa da Escala Móvel de Reajuste; contra o desemprego,

defesa da Escala Móvel das Horas de Trabalho (divisão das horas de trabalho entre todos aptos); contra o salário de miséria dos governos e capitalistas, defesa do Salário Mínimo Vital (defendido e aprovado em assembleia dos trabalhadores, que está em torno de R\$ 4000,00). 3. Contra a destruição de serviços públicos, defesa da Estatização dos Sistema de Saúde, de Educação e de Transporte, sob controle dos trabalhadores. 4. Fim de todos processos políticos contra os movimentos e lutadores..

Educação: Combater nas ruas a política de destruição do ensino gratuito

No país, só há uma política educacional. Em todas as esferas, se aplica as diretrizes impostas pelo imperialismo, materializadas na LDB. Alguns governantes tentam esconder o caráter privatizante do ensino, outros são abertamente privatistas, como é o caso de Alckmin.

O estado de São Paulo, sob o comando do PSDB tem uma educação miserável. Os mais de 200 mil professores padecem com a precarização das condições de trabalho e com os salários aviltantes. Metade se encontra sob o regime de semiescravidão. E pesa sobre todos a dura tarefa de propagar um ensino descolado da produção social.

A Corrente Proletária intervém no seio do professorado defendendo o programa da classe operária para a transformação da sociedade capitalista em socialista. Parte das reivindicações transitórias, combinando as exigências imediatas com a estratégia da revolução social. Apoia-se nos interesses gerais da classe, nos métodos de ação direta e na unidade do professorado com o proletariado e setores explorados.

Responder à crise da educação, lutando:

- Por um único sistema de ensino, gratuito, estatal, laico e vinculado à produção social. Essa bandeira implica a luta contra a privatização e a existência da rede particular.*
- Pelo salário mínimo vital e pela escala móvel de reajuste. Essa bandeira é a da defesa da vida dos trabalhadores da educação. Isso porque permite manter a família sem precisar recorrer a mais de um emprego.*
- Pela redução da jornada por meio da escala móvel das horas de trabalho. A Lei do Piso criou uma jornada um pouco menor aos professores, mas não é capaz de garantir o emprego a todos. Milhares de professores estão sem trabalho ou subempregados.*
- Pelo fim de todas as leis que dividem o professorado, entre elas a prova de mérito, o estágio probatório, as diferentes*

formas de contratos (efetivos, O, F), os salários diferenciados, etc. Estabilidade a todos - trabalho igual, salário igual.

- Pelo fim da escola de tempo integral. Por ser discriminatória e falaciosa. O ensino médio integral é o exemplo da discriminação (uma parte da juventude é excluída porque não pode permanecer o dia todo na escola).*

Diante da burocratização e da estatização dos sindicatos: aprovar a sua independência política e organizativa

- Quanto mais corpo ganha a crise econômica, mais aguda torna-se a crise social. A exploração do trabalho se intensifica, direitos são retirados, o desemprego avoluma-se e há uma revolta instintiva dos trabalhadores contra essa situação de piora nas condições de vida.
- Com a subordinação dos sindicatos e Centrais a uma política eleitoreira e reformista, há, desde a década de 90, um abandono dos métodos da ação direta, expressos nas assembleias gerais, nas greves, nas passeatas, nas manifestações, nos bloqueios, etc., os quais são substituídos pelos métodos de pressão parlamentar, de ações jurídicas e de aberta colaboração com patrões e governos.
- Uma política de destruição dos sindicatos como instrumento de luta só pode se dar pela violência reacionária das direções. Assim, com os anos, a perseguição às oposições tornou-se cada vez mais frequente. A democracia operária foi sendo mutilada com o fim das assembleias, com o fim dos congressos de base e com o fechamento dos sindicatos e Centrais às correntes minoritárias. A maioria das burocracias se mantém pela fraude e pela destruição das tradições do movimento operário. O aniquilamento da democracia combinou-se, nesse período, com a política colaboracionista e estatizada das direções, que formam uma casta afastada da base dos trabalhadores.
- O fenômeno da divisão das Centrais é, ao mesmo tempo, parte do processo de burocratização e de estatização bem como uma resposta a ele. De um lado, a divisão das lutas, a fragmentação dos setores, a mutilação da democracia sindical convergiram para que cada aparato sindical se tornasse um feudo a parte. A divisão como um fato da situação política atual dificulta as lutas das massas e torna ainda mais distante a tarefa da unidade de todos os trabalhadores para enfrentar os capitalistas e seus governos. É fundamental a defesa de uma só Central sindical, classista e de luta.

Combater a burocracia da Apeoesp defendendo a mais ampla democracia sindical

Balanço da greve

O nosso sindicato não escapa desse processo de burocratização. Comparece como mais um aparato do PT, desvinculado das necessidades dos trabalhadores. A greve de abril/maio da APEOESP mostrou como a burocracia petista está comprometida com as lutas interpartidárias que ocorrem no seio do Estado e como ignora as reivindicações mais sentidas e gerais dos trabalhadores da educação. A burocracia petista projetou

a greve não como meio de conquistar melhorias nas condições de trabalho e de ensino e de elevar politicamente a classe, mas como instrumento da disputa entre PT e PSDB no governo de São Paulo. Por isso, defendeu a mobilização, entretanto a rompeu desde o início com a passividade, com o autoritarismo na condução do movimento e com o método de pressão parlamentar sobre deputados e Secretaria de Educação. Para encerrar a greve, o governo anunciou migalhas, que não alteram

a condição dos professores. O reajuste, na verdade, foi de 2%. Não garantiu a estabilidade dos professores categoria O, que continuam sendo demitidos e admitidos. A redução da jornada foi parar novamente nas mãos da comissão paritária, que não tem poder de decisão. O concurso público será usado para selecionar uma pequena parte dos contratados das categorias F e O. Uma grande parte permanecerá na rede sob a forma de contratos precarizados. Mesmo assim a burocracia encerrou autoritariamente o movimento, ignorando o resultado da assembleia geral. Abortou a luta quando essa não lhe servia mais. Essa é novamente a lição que a greve de 2013 colocou a todos os professores. Trata-se de uma direção traidora e anti-democrática. Nossa tarefa é combatê-la para que o sindicato possa servir para a luta em defesa da educação pública.

Burocracia quer eliminar os resquícios da democracia sindical

1. Não podemos separar a organização sindical da política sindical, do programa defendido. A direção da APEOESP diz defender a educação pública, mas faz o contrário ao defender a política federal privatista dos governos Lula/Dilma e por não tocar no problema da existência do ensino privado, colocado desde o governo FHC com a LDB de 1996. Por isso, pelo conteúdo de sua política, é obrigada cada vez mais a fechar o sindicato para os problemas e para as reivindicações que se chocam com o Estado. É obrigada a excluir a maior parte dos associados e ignorar o conjunto da categoria de suas instâncias. Paulatinamente, em cada congresso, vai alterando o Estatuto de modo

a preservar seu poder. Foi assim que rejeitou a proporcionalidade direta, foi assim que ampliou o número de secretarias sob seu controle, foi assim que criou mecanismos de punição às subseções controladas pela oposição. A burocracia trabalha por estrangular ainda mais a já desfigurada democracia no interior do sindicato.

2. Qualquer alteração da organização sindical, materializada no Estatuto, deve se assentar na democracia operária, que é expressão da tradição mais avançada da democracia dos trabalhadores, que: a) permite a participação das minorias, não impondo cortes absurdos (como os 20% para a tirada de delegados para os congressos); b) assenta-se nas assembleias gerais; c) prevê a revogabilidade dos mandatos quando as bases assim o exigem; d) estabelece como princípio a proporcionalidade direta em todas as instâncias de decisão do sindicato.

DEFENDEMOS:

- a) *Independência da APEOESP/CUT em relação ao Estado e aos governos;*
- b) *A unidade dos trabalhadores através da luta pelas reivindicações de emprego e salário. Contra o divisionismo sindical. Por uma única Central, classista e democrática;*
- c) *Democracia sindical (respeito à decisão das assembleias e por congressos de base, etc.). Rejeição da política de conciliação de classes da diretoria da APEOESP;*
- d) *Os métodos da ação direta (passeatas, manifestações, greves, piquetes, etc.) contra a colaboração da CUT/CNTE/APEOESP com os governos estadual e federal.*

Rondônia

Combater a farsa da reestruturação do governo Confúcio/PMDB

Os efeitos da crise mundial do capitalismo se refletem em todos os recantos do mundo. No estado de Rondônia, não é diferente.

Na tentativa de atenuar os efeitos da crise e em meio às denúncias de corrupção, o governo Confúcio Moura/PMDB lançou medidas de reestruturação administrativa. Fez demagogia anunciando o corte de próprio salário e do vice, redução de cargos comissionados e transformação de secretarias em superintendências, além da redução de 10% no valor dos salários de altos cargos.

O governador Confúcio procura convencer as massas de que a sua reestruturação visa a ajudar o estado nesse momento de crise. Usa a crise econômica para acobertar as falcaturas dos politiquinhos que saquearam os cofres públicos. O fato é que não há recursos para os serviços essenciais (saúde, educação, moradia, etc.). As denúncias de corrupção vieram à tona e a Polícia Federal foi obrigada a fazer as chamadas “operações” para prender um ou outro corrupto.

A reestruturação anunciada por Confúcio, certamente, atingirá o funcionalismo. Seja pelo arrocho salarial, seja pelo corte de direitos, seja pelas demissões. A camarilha que parasita nas secretarias e superintendências, mesmo que seja deslocada do posto, não será golpeada pela su-

posta reforma do estado. Os meios de comunicação fazem campanha para o governo e, por isso, dizem que a maioria das demissões está nas secretarias da Administração e da Justiça.

A burocracia sindical, que controla os sindicatos dos funcionários públicos, está embevecida com a campanha governamental de que se trata de uma reestruturação para favorecer os explorados, possibilitando mais recursos. Sequer denunciou o governador de que não atendeu as reivindicações dos servidores, que foram à greve nesse ano.

É fundamental compreender que o Estado é burguês, que as reestruturações são para proteger os negócios dos capitalistas e de seus politiquinhos. E que o governador administra o Estado com esse intuito. No capitalismo, não há possibilidade de uma reforma no Estado que favoreça os trabalhadores oprimidos. No momento em que a crise econômica se aflora, mais e mais o Estado é colocado para servir aos interesses da classe capitalista. Por isso, a tal da reestruturação recairá sobre o funcionalismo.

Cabe aos trabalhadores denunciar a farsa do governador Confúcio, o papel colaboracionista das direções sindicais e reafirmar com sua mobilização as reivindicações de salário, emprego e direitos.

Nesta edição:

- 40 anos do golpe fascista de Pinochet
- Chile: Contrarreforma agrária
- Argentina: Balanço das eleições primárias
- Bolívia: No que termina o “descolonizador”
- Comentário à nova versão do Manifesto da LIT-QI sobre o golpe no Egito
- Síria: Virar todas as armas contra o imperialismo!

Artigos do Cerqui
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

Manifesto do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional 40 anos do golpe fascista de Pinochet

À classe operária, aos demais explorados e à juventude

Em 11 de setembro de 2013, completam-se 40 anos da derubada do governo da Unidade Popular do Chile pelo golpe contrarrevolucionário e sangrento comandado pelo general Augusto Pinochet. É motivo de repúdio com os punhos erguidos a ditadura que impôs aos chilenos 16 anos de silêncio, de perseguição ao menor gesto político e de vigilância militar ao movimento operário, camponês e estudantil. Que usou o Estado policial para retroceder as medidas tomadas pelo governo de Allende, para submeter o País aos Estados Unidos, para impor a brutal exploração do trabalho e para liquidar o ensino público chileno. Que serviu de exemplo às demais ditaduras latino-americanas e que protagonizou a Operação Condor.

O golpe de 11 de setembro de 1973 ficou para sempre marcado por transformar o campo de futebol de Santiago em campo de concentração, por torturar e matar prisioneiros indefesos. Ficou para sempre marcado por eliminar fisicamente boa parte da militância de esquerda, sindical e popular. Ficou marcado para sempre por aplicar os métodos fascistas de eliminação a qualquer resistência.

As Forças Armadas desgraçaram o Chile graças à burguesia e ao imperialismo. Antes mesmo de Allende tomar posse, iniciou-se a conspiração para pisotear a vitória eleitoral de 3 de setembro de 1970 da Frente Popular. O Estado terrorista, manejado pela Junta Militar e comandado por Pinochet, se impôs como reflexo da debilidade da burguesia chilena diante do proletariado e da prepotência da burguesia imperialista.

Bem antes da constituição da Frente Popular e da disputa presidencial, os explorados vinham se manifestando com seus métodos próprios de luta. A Frente Popular canalizou suas necessidades e aspirações para a conquista do poder por meio das urnas. As camadas mais radicalizadas da classe operária, do campesinato e da pequena burguesia urbana atenderam ao chamado do Partido Comunista e do Partido Socialista. Confiaram na possibilidade de impor à burguesia um governo voltado para o povo, sem que fosse necessário que a maioria oprimida se unisse e tomasse o poder pela revolução. Confiaram que a democracia no capitalismo não pertence apenas à burguesia. Acreditaram que pela primeira vez o Chile teria um governo capaz de deixar para trás os governos oligárquicos tu-

telados pelas Forças Armadas. Acreditaram que deram poderes à Frente Popular e à UP de atacarem os interesses dos monopólios, dos latifundiários e dos ávidos banqueiros. Admitiram que estavam esvaziando o Estado de sua função primordial de garantir a exploração do trabalho e o saque imperialista. Admitiram que com seu apoio à Frente Popular contribuíram para abrir um curso de transformação pacífica do Chile dependente para o Chile independente, do Chile oligárquico para o Chile popular, do Chile capitalista para o Chile socialista.

Mas os adversários da UP e inimigos mortais da classe operária não se apegam a ilusões. A burguesia e seus agentes pensam como classe dominante. Agem movidos por interesses de classe bem definidos. Não haveria nenhuma mudança pela via pacífica. A UP teria de passar por cima de seu cadáver, se continuasse a permitir que a luta de classes se potenciasse sob a sua sombra. Viam e sabiam que o PC e PS não queriam tirá-la do caminho. Antes que a classe operária avançasse mais com seus cordões industriais e antes que os camponeses ampliassem a ocupação dos latifúndios, as forças burguesas fizeram da UP um corpo sem vida e, finalmente, um quase cadáver. O quase cadáver não reage. Aguarda a fatalidade.

O imperialismo insuflou oxigênio à burguesia chilena quase exangue e deu garantias às Forças Armadas, aos Pinochets. A classe operária, ao contrário, não tinha como injetar sangue nas veias da UP. Estava desarmada pelas ilusões. Lutava instintivamente pelo pão. E a cada embate contra os exploradores, mais distante ficava de seu suposto governo popular. A burguesia estava enfraquecida politicamente, mas muito bem protegida pelas Forças Armadas e apoiada pelo imperialismo. E a classe operária? Estava embevecida pela canção de ninar da via pacífica do senhor Luis Corvalán e do doutor Allende. Não estava em berço esplêndido porque lutava pelo pão. Porque se lançava à luta de classes. Mas sua consciência de classe e sua orientação política dormiam no leito da via pacífica e da colaboração de classes da Frente Popular.

Nos quase três anos da UP, a burguesia teve tempo para preparar o golpe certo. Houve tentativas fracassadas. Allende as viu como mal passageiro. A vanguarda combativa sentiu o perigo se aproximar. Os partidários da luta armada – MIR

e MAPU -, que estiveram com a Frente Popular e que acreditavam que a UP cedo ou tarde teria de recorrer à revolução, não tinham como servir de instrumento do proletariado, uma vez que não constituíram o partido revolucionário e estavam tomados pela concepção foquista da revolução, promovida pelo castro-guevarismo. A burguesia progredia em suas sabotagens econômicas. Aprisionara a UP ao Congresso. Impusera os limites legais às suas nacionalizações e a sua intervenção no funcionamento da economia.

A Frente Popular chegou ao Estado com os pés amarrados. A burguesia não teve dificuldades de amarrar-lhe as mãos. Não precisou de vender-lhe os olhos e tapar-lhe a boca. Assim se encontrava a UP e a Frente Popular no dia 11 de setembro de 1973.

Nunca a classe operária do Chile esteve em situação tão vantajosa para organizar seu poder próprio desde as fábricas e de desenvolver a luta revolucionária. Mas estava sob a direção do estalinismo e do socialismo pequeno-burguês, que juntos desviaram o curso da luta de classes, o taparam com a política de conciliação de classes e o entupiram de propaganda eleitoral. A classe operária e os demais explorados cheios de esperanças deram a vitória a Allende, ainda que com apenas 36,3% dos votos. E a UP retribuiu com manobras políticas e com a traição.

Hoje, o PS abandonou definitivamente seu esquerdismo pequeno-burguês. Acha-se completamente integrado ao Estado e age como instrumento da burguesia. O PC segue o PS, mancando por trás de sua política pró-imperialista. No lugar da Frente Popular, puseram a Concertação. Operários, demais trabalhadores e juventude, as derrotas da classe operária, pequenas ou grandes, apenas retardam sua marcha em direção ao comunismo.

A derrubada da UP, sem dúvida, foi uma derrota dos explorados. Foi uma grande derrota! Mas essa derrota se deveu à política de conciliação de classe do PC e do PS. Esse é o grande

problema deixado pelo golpe fascista de Pinochet. Diferente seria se a classe operária, sob a direção do partido revolucionário, com uma política correta, fosse derrotada numa correlação de força desfavorável. Esta logo se levantaria fortalecida, com seu programa intacto e com seu partido. O balanço seria outro. Mas a derrota no Chile não teve esse caráter. A derrota por traição destrói o pouco que se avançou no terreno da independência de classe.

A crise de direção no Chile assume um conteúdo particular. A constituição do partido revolucionário depende de uma profunda compreensão das experiências com a Frente Popular.

Nestes 40 anos do golpe fascista, o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional se pronuncia editando este Boletim. Participaram de sua elaboração, o Comitê Construtor do POR do Chile, o Partido Operário Revolucionário da Bolívia, o Partido Operário Revolucionário da Argentina e o Partido Operário Revolucionário do Brasil. Esperamos ter aproveitado este momento para elaborar a crítica programática e estabelecer as conclusões necessárias à construção do partido marxista-leninista-trotskista no Chile, como parte da reconstrução da IV Internacional.

O sangue que correu do matadouro da ditadura militar de Pinochet alimentará a energia revolucionária do proletariado assim que este der um só passo em sua independência política e ideológica perante a burguesia. A revolução proletária afastará da memória o terror que se abateu sobre os explorados chilenos. Mas enquanto a bárbara burguesia não for derrotada pela insurreição vitoriosa, o terror fascista e o sangue dos combatentes alimentarão nossas convicções comunistas e serão motivos de nosso trabalho revolucionário no seio do proletariado, dos pobres e oprimidos.

Viva a revolução proletária! Construir o Partido Operário Revolucionário do Chile, como parte da construção do Partido Mundial da Revolução Socialista!.

Chile: da ditadura fascista à democracia compactuada pela Concertação **Iª Parte**

Consolidação da contrarreforma agrária

Lucas Martinez

Finalizada a contrarrevolução pinochetista e negociadas as bases que restringirão e arregimentarão a transição democrática – criando para tal fim as bases jurídico-políticas do bipartidarismo que se alternaria no governo do Estado burguês – no campo se acentuará a tendência à concentração dos oprimidos em dois setores bem diferenciados: operários agrícolas e minifundistas. O campesinato, que produz e vende para o mercado interno, “tenderá” a se dissolver em direção a um ou a outro.

A “transição” levará à vitória eleitoral da Concertação. Patricio Alwin primeiro, e Eduardo Frei (filho) depois, se comprometem a aplicar um conjunto de medidas públicas que pretendiam frear e retroceder a dissolução do campesinato. Mas sendo a Concertação uma expressão política da arregimentação democrático-parlamentar imposta pela ditadura, estando ademais “obrigada” a sustentar as bases político-econômicas consolidadas por esta, já desde seu nascimento sustentará e ampliará as contrarreformas pinochetistas.

A chamada “continuidade com mudança”, baseada na “transformação produtiva com equidade”, se caracterizará por manter a estabilidade e o equilíbrio da política macroeconômica ditatorial. Quer dizer, por sustentar as garantias jurídicas e o “clima de negócios” (medidas

políticas e acordos comerciais) que favorecem a penetração do investimento estrangeiro na estrutura agrícola e do capitalismo monopolista na exploração agroindustrial. Ampliando assim o domínio imperialista sobre o uso e posse do solo, os recursos naturais, os produtos e as matérias primas agrícolas do país.

Essa política de “continuidade macroeconômica” priorizará a agricultura de exportação, principalmente a florestal, por cima do abastecimento de produtos e matérias primas agrícolas para o mercado interno. Ao mesmo tempo em que sustenta o controle e as restrições à atividade sindical, especialmente dos trabalhadores agrícolas e florestais “temporários”. Condição política essencial para a acentuação de uma “estrutura de custos” favorável à maximização da renda agrária, o lucro industrial e o lucro comercial estabelecidos ao redor do lucrativo e rentável negócio agroindustrial.

O que se observa é que a exposição da produção agroindustrial chilena aos vaivéns do mercado mundial acentuará a competição com outros países que produzem mais e mais barato. Os que têm “vantagens comparativas” mais favoráveis (disponibilidade de terras, expansão da fronteira agrícola que amplia a quantidade de terras produtivas, téc-

nicas modernas, políticas fiscais frouxas, mão de obra especializada, etc.). O que conduzirá à contínua reavaliação do peso chileno, a um barateamento das importações agrícolas e a fazer as “agroexportações” “menos rentáveis”. Isto sucede ao constituir-se o Mercosul como seu competidor regional. Pressões que os governos burgueses chilenos tentarão atenuar com a integração do país ao Tratado de Livre Comércio (ALCA).

Estas pressões, no entanto, ajudaram na estabilização política interna, já que o barateamento dos alimentos importados manteve baixos os preços dos insumos e alimentos nas cidades. A modificação violenta das bases agrárias havia criado, ao mesmo tempo, as condições da estabilidade política do regime democrático burguês herdado do pinochetismo. O eleitorado urbano tem um peso definitivo nas eleições. O que obriga a sustentar essa situação e a se negar a estabelecer barreiras protecionistas aos produtos importados. Contradição que se tenta atenuar, por sua vez, acentuando as condições de depreciação da força de trabalho agrícola.

O barateamento dos alimentos reaviva continuamente os conflitos entre os governos burgueses e setores ou frações capitalistas que são produtores de alimentos e veem diminuídos seus lucros. O pior, porém, é o resultado desta política sobre os camponeses pobres e os minifundistas, continuamente empurrados à miséria ou à expulsão de suas terras. Se, em 1960, 68% da população nacional vivia no campo, na atualidade, 86,7% da população vive nas cidades (ainda que parte daquela população urbana, mantenha como fonte de renda sua inserção na produção agrícola e agroindustrial, isto é, são assalariados agrícolas). Esta realidade levará os governos da Concertação a procurar instrumentos políticos, fiscais e econômicos para “recuperar” e “modernizar” a maior parte da agricultura camponesa. Tentar-se-á, desse modo, garantir sua sobrevivência e impedir, na medida do possível, as consequências de sua pauperização e decomposição social.

É assim que nos anos 1990 se aprofundarão as ajudas sociais à agricultura familiar. Este plano propõe garantir o acesso ao crédito para a reconversão de cultivos tradicionais em novos produtos de alta rentabilidade (como vinhedos). E incrementar a assistência técnica, investimento e financiamento destinados a favorecer a comercialização de seus produtos e serviços. O Estado teria, assim, um papel central na “reconversão” do setor e na sua “readaptação produtiva”. Tratava-se, em princípio, de um esforço dirigido a transformar a estrutura agrícola “tradicional” dedicada à produção de cereais, pastos e pecuária, em outra, orientada às frutas e produtos florestais para exportação.

Definitivamente, o Estado pretenderá ser o mediador da economia agrícola liberada à ação dos mecanismos do “livre mercado” com medidas públicas que pretendem criar condições para a sobrevivência econômica, portanto social, do campesinato arruinado e dizimado. Mas pouco se fará neste sentido e as medidas aplicadas serão escassas, focalizadas e acidentais. É necessário assinalar que a “competitividade internacional” agroindustrial chilena subordinou a seus interesses e leis a política de “equidade social”. Daí que resulta paradoxal e mais trágico ainda o grau de continuidade histórica entre a ditadura e a democracia burguesa que lhe seguiu. Ou, dito de outra maneira: a ruptura de amplos setores de esquerda, principalmente o PCCH, com a possibilidade de transformar o país e reformar as bases econômicas e políticas do capitalismo pela via democrático-burguesa. Já é um fato concreto que o frente-populismo, que deu origem ao allendismo, hoje se degenerou na base da esquerda democrática da política da Coalizão que deu o triunfo a Michelle Bachelett.

O PCCH sequer reivindica, hoje, a experiência histórica da “via chilena ao socialismo”. Nem defende a reforma agrária que resultou

desse processo. Menos ainda sustenta uma luta consequente por uma democratização das estruturas estatais e parlamentares herdadas do pinochetismo. À derrota histórica da “via pacífica ao socialismo” seguiu a integração do PCCH ao capitalismo monopolista “à chilena”, que funde o país na dependência do mercado mundial. Tornou-se a quinta coluna de sustentação do regime burguês, em sua oposição parlamentar de esquerda. Expressando, com suas particularidades nacionais, a integração do estalinismo mundial como quinta coluna da contrarrevolução mundial que aprofunda e agiganta a restauração capitalista na China e em Cuba.

Em resumo: os governos democrático-burgueses de transição negociada entre ditadura e democracia burguesa mantiveram e agudizaram as bases socioeconômicas impostas pelas contrarreformas agrárias do pinochetismo. Segundo o 7º Censo Agrário e Florestal, do ano 2007, a burguesia agrária chilena concentra por meio de suas organizações empresárias setoriais 14.930.000 hectares repartidos entre a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), a Corporação da Madeira (CORMA) e FEDEFRUTA (frutícolas). Concentração de propriedades e terras que contempla os grandes terrenos agrícolas, a propriedade das águas para a irrigação, as agroindústrias, das terras com aptidão florestal, etc., a sua maioria esmagadora em mãos de monopólios nacionais e transnacionais.

A reconcentração de terras sob os governos da Concertação reavivou a tendência à expulsão e proletarianização do campesinato. E, dos que ainda subsistem, uma crescente parcela o faz em minifúndios, mas também da venda de sua força de trabalho por temporada.

As elevadas taxas de crescimento sustentadas neste novo padrão de reprodução e acumulação de capital e apropriação da mais valia operária na produção agroindustrial, indicada como “modelo” pelo imperialismo para toda América Latina seguir, permitiram uma redução dos índices históricos de pobreza ao aumentar os subsídios e os planos sociais que atenuaram suas consequências sociais. No entanto, acentuaram também a assimetria na distribuição da renda nacional entre as diversas classes. Dito claramente: será a tendência à concentração das riquezas em poucas mãos e o crescimento da miséria para as grandes maiorias a lei econômica fundamental do capitalismo que se imporá sobre as medidas assistencialistas e distributivas da renda nacional.

Finalmente, é necessário assinalar que a proletarianização camponesa não acompanhará os ritmos de sua degradação econômica e miséria social. Tendência atenuada e freada pela alta produtividade da agroindústria por sua constante tecnificação e mecanização. Dito claramente: é incapaz de absorver o campesinato despojado de suas terras na proporção e ritmo em que este perde suas condições de existência como classe. Desse modo, sob a ação desagregadora das tendências econômicas e leis fundamentais da economia capitalista, o campesinato “tende a desaparecer” sem por isso poder responder com novos meios para reproduzir suas condições de vida ou de trabalho.

As medidas implementadas pelo Estado burguês não puderam reverter as tendências fundamentais da economia capitalista. Só serviram para atenuar os conflitos resultantes da progressiva decomposição camponesa. Esmagado, fragmentado e desorganizado sindicalmente pela decisiva ação da ditadura fascista, o campesinato será assim incapaz de opor uma resistência efetiva a sua decadência econômica e a sua pauperização social.

A ausência de uma direção revolucionária, capaz de retomar suas tradições e organizá-lo ao redor de um pleito reivindicativo unificado e combater os governos sob um plano de luta nacional, impondo seus interesses com a ação coletiva de massas, atuará como um poderoso bloqueio para seu fortalecimento como classe oprimida frente aos processos de sua desintegração econômica e social.

Balanço das eleições primárias

As eleições PASO não despertaram entusiasmo da população. Não houve grande participação ativa nem mobilização. No entanto, o comparecimento nas urnas foi alto, 76,83%, em parte motivado pela pressão da ameaça de multas. A função das eleições é, em primeiro lugar, gerar a ilusão nas massas de que estão participando, elegendo, que são elas que, através do voto, impõem sua soberania. Em segundo lugar, servem para dirimir qual dos partidos patronais ficará com a responsabilidade de administrar o Estado.

As massas votaram majoritariamente em seus verdugos. Os partidos defensores do capitalismo, da propriedade privada e da exploração do trabalho receberam 90% dos votos. A burocracia sindical se juntou nas listas do governo, do peronismo “renovador” e de De Narváez na Província de Buenos Aires.

Há diferenças entre a Frente para a Vitória, os Renovadores peronistas, os radicais, o PRO de Macri, os “socialistas”, o Unen, etc., mas no essencial são correntes que postulam gerenciar os interesses de conjunto dos capitalistas. Podem diferir nos métodos, nos discursos, mas todos estão unidos na defesa da ordem capitalista.

É necessário não perder de vista esta valoração de classe, de conjunto, das forças políticas que se confrontam eleitoralmente. É a partir daí que podemos fazer uma análise pormenorizada dos comportamentos das distintas forças. As eleições legislativas, onde não se põe em jogo a Presidência, nem os governadores, sempre demonstram resultados distorcidos a respeito das eleições do poder executivo e ainda mais quando se trata de eleições primárias para definir candidaturas.

Prestemos atenção especialmente ao processo de reconstrução dos partidos tradicionais da burguesia, instrumentos fundamentais da democracia burguesa, desconsiderando as análises dos jornalistas, sociólogos e informantes da burguesia que traficam sua ideologia para manter a submissão das massas à ordem capitalista. O Partido Justicialista obteve 1,11% dos votos e o radicalismo, 5,74% - que inclui as outras forças que estavam na aliança.

Este ano faz 30 anos contínuos de eleições, pela primeira vez na história, marcadas por levantes militares, hiperinflação, grande desemprego, estado de sítio, entrega brutal ao imperialismo, super-endividamento e levantes populares. A classe operária não pôde nesse período comparecer como classe, com seu programa, com sua estratégia, com seus métodos, salvo em pontuais episódios.

Nas eleições PASO, os votos brancos e nulos somaram 1.173.097, mostrando em certa medida o rechaço ao eleitoralismo, no qual participaram a ultradireita fascista até a esquerda centrista.

As eleições mostraram, como um aspecto a mais, a presença de ilusões democráticas nas massas, por seu comparecimento

massivo às urnas e pela eleição de candidatos que expressam a defesa da ordem capitalista.

Ainda que o resultado eleitoral não altere o peso da “Frente para a Vitória” no Congresso, é notável o retrocesso eleitoral em relação às eleições presidenciais. Um castigo eleitoral que deve se relacionar com o estancamento e retrocesso das condições de vida das massas, provocados pela permanente inflação que deteriora a renda da população, pela precarização do trabalho e pelo imposto de renda sobre os salários, que abarca mais de 2,5 milhões de trabalhadores. As massas castigaram eleitoralmente os governos, mostrando sua mudança de humor, ainda que votando por outras fórmulas patronais.

Também foi castigado o macrismo, que retrocedeu fortemente na Cidade de Buenos Aires, De Narváez, vencedor das eleições legislativas de 2009 frente a Néstor Kirchner. Daniel Scioli, governador da província de Buenos Aires e os governadores das províncias mineiras Gioja (San Juan), Corpacci (Catamarca), Beder Herrera (La Rioja).

Eleitoralmente, quem foi beneficiado? Em primeiro lugar, o chamado peronismo dissidente com Massa em primeiro lugar na Província de Buenos Aires, que desponta como um candidato em potencial para disputar a Presidência, em 2015, e também o híbrido amálgama de centro direita, chamada de centro-esquerda na Cidade de Buenos Aires. Também é necessário destacar o triunfo do burocrata Pereyra nas eleições do Movimento Popular Neuquino, fazendo demagogia sobre o acordo da YPF com a Chevron e capitalizando o descontentamento contra o governador Sapag. A esquerda centrista, que pasteurizou ainda mais sua campanha, voltada a colocar parlamentares no Congresso, melhorou seus resultados com possibilidades de conquistar algum dos desejados postos, repetirá em outubro os resultados.

A política do proletariado se expressou na intervenção do POR na campanha eleitoral, ainda que com suas forças limitadas. Expressou-se, também, nos militantes e organizações que rechaçam o eleitoralismo, procurando propagandar as ideias revolucionárias. Diante das eleições de Outubro, o POR reforçará a campanha pela anulação do voto com o programa da classe operária, assinalando que as reivindicações populares só podem ser alcançadas pela organização e ação direta das massas, lutando pela destruição do Estado burguês (ditadura do capital), a revolução e ditadura proletárias, única via para começar a construir o socialismo. A estratégia da classe operária é a de acabar com a exploração do homem pelo homem, a sociedade sem classes, o comunismo.

(Extraído do Jornal Massas, nº 278, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina).

Adquira com o distribuidor deste jornal



Boletim do
**Comitê de Enlace pela
Reconstrução da
IV Internacional**

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - Versão em Português - Setembro de 2013 - R\$ 5,00

**40 anos do golpe militar no Chile,
é necessária e imprescindível
a criação do Partido
Operário Revolucionário**



Textos: POR - Chile, Argentina, Bolívia e Brasil

Argentina

Porque não chamamos a votar na FIT

O resultado eleitoral, em termos quantitativos, foi melhor do que o das eleições presidenciais de 2011. Levando em conta que nas eleições legislativas sempre os resultados são melhores. Um milhão de votos é uma quantidade importante e ainda mais se se considera que em algumas províncias superou os partidos e candidatos tradicionais.

Recebeu votos de um setor desencantado com a centro-esquerda, da esquerda que se uniu às propostas eleitorais do governo (PC), ou da oposição burguesa e, provavelmente, também do setor que começa a romper com o kirchnerismo. Recebeu votos dos trabalhadores e nos bairros, onde se tem um trabalho e lideranças reconhecidas por seu papel nas lutas. A FIT se viu favorecida pelo maior acesso aos meios de comunicação, a partir de 2011, pela lei eleitoral, e por seu papel “antikirchnerista”, que lhe abriu as portas ao setor dos meios de comunicação nas mãos da oposição patronal mais poderosa.

O discurso exitista das correntes que integram a FIT já conhecemos há muito tempo. Não vale a pena deter-se em seus chamados e suas caracterizações bombásticas. Para os marxistas, o que importa é analisar a qualidade do voto. A campanha da FIT, igual a de 2011, ficou à margem das questões centrais que uma corrente revolucionária deve colocar. Sua intervenção apontou para “colocar a esquerda no congresso, votar na esquerda”, sem fazer propaganda política, fazendo referência à reivindicação salarial, aos 82% móvel e outras reivindicações, sem defender que só poderão ser impostas pela ação direta das massas.

Em que consiste os eixos de uma campanha para intervir em termos revolucionários?

Denunciar em geral o papel do Congresso e da democracia burguesa, de maneira tal que não se gere a mínima ilusão de que pela via dos deputados de esquerda se poderão resolver nossas reivindicações;

Assinalar que o caminho para resolver todas nossas reivindicações sociais, democráticas, políticas, é o da ação direta das massas, que é necessário expulsar todos os burocratas dos sindicatos para que os trabalhadores possam recuperar plenamente suas organizações; que o caminho das massas é o da greve geral, não o da disputa parlamentar;

Que trabalhamos pela auto-organização das massas e pela criação de organismos da democracia direta;

Não só fazer propaganda antikirchnerista, mas fundamentalmente contra a burguesia e o imperialismo, pela expropriação sem indenização dos principais meios de produção. Deve ficar claro que os revolucionários questionam o regime da propriedade privada dos meios de produção, combatem qualquer ilusão de que o capitalismo pode ser reformado, que se pode conviver pacificamente com o imperialismo, que controla os setores vitais da economia.

Propagandar a política da classe operária, sua estratégia política, comunista, da revolução e ditadura proletárias. Assinalar que não se pode começar a construir o socialismo sem destruir o Estado da burguesia por meio da revolução social, da insurreição armada das massas.

Como se pode observar, estas questões estiveram ausentes da campanha pública. Não podemos dizer que o voto na FIT indica uma ruptura com as ilusões democráticas, porque a FIT fez uma campanha socialdemocrata, de conciliação com a ordem burguesa. Se tivesse feito uma campanha em termos revolucionários, talvez tivesse tido menos

votos? Não sabemos, e isso não importa, certamente seriam de qualidade completamente distinta. Como ensina a história da política revolucionária, o objetivo não são os votos e as disputas, mas sim a campanha com as bandeiras proletárias. Muito além das diferenças entre ambas organizações na intervenção, as campanhas do PTS e do PO não diferem, no essencial, no conteúdo, ainda que o PO apareça mais fortemente como impulsor de projetos e pautas parlamentares.

O método de construção da Frente de Esquerda é também sua definição. O caminho para concretizar a unidade da vanguarda deveria ser o das assembleias abertas para todas as correntes, para todos os agrupamentos sindicais, de bairros, militantes, onde se definiriam os programas, os métodos, os candidatos, onde teríamos proposto os aspectos que assinalamos acima. No entanto, o método tem sido o da seita, que define uma plataforma eleitoralista, repartem as candidaturas mais ou menos mesquinamente e não garantem nenhuma unidade para intervir nas diversas frentes em que participam. A forma de construção desta Frente está vinculada a sua política democratizante. Uma política revolucionária exige outros métodos de construção.

As correntes centristas que formaram a FIT são um bloqueio no processo de construção do partido revolucionário da classe operária, porque não contribuem para desenvolver sua estratégia, ao contrário, a desviam. Por isso, não chamamos a votar nela, nem a integramos, nem em 2011 e nem agora.

Os mecanismos de adaptação ao regime são permanentes. Adequar os programas, os estatutos e o funcionamento partidário às exigências do estatuto dos partidos políticos, é uma concessão. Deve-se assinalar, todo o tempo, que é necessário derrubar toda a legislação que regula a vida eleitoral e que todas as correntes que desejam se apresentar possam fazê-lo com seus próprios programas. Os mecanismos de adaptação continuam quando se obtêm os meios de comunicação, onde se deixam todas as bandeiras na porta para falar generalidades que não rompem os ouvidos dos meios que os convidam. Nossos amigos nos dizem que se eles disserem o que pensam não os convidariam. Nós não estamos de acordo. Deve-se dizer o que precisa ser dito, porque nos dirigimos para as massas, sem nenhuma censura, nem limitação. Se ocorresse, teria de ficar claro que estão censurando o discurso revolucionário. Pior é a autocensura, dizer somente aquilo que agrada os proprietários dos grandes meios de comunicação.

O programa da FIT e das organizações que a integram é o que foi apresentado na Justiça, seu programa é o que mostram na televisão, no rádio, nos cartazes, não há outro programa, não há outra política, ainda que valiosos militantes dessas organizações acreditem que é só uma questão tática não desenvolver propaganda comunista.

Faz 40 anos da trágica lição do Chile, da traição da frente popular que desembocou no golpe sangrento de Pinochet. Mais do que nunca é necessário reafirmar que não há via pacífica para o socialismo, que não há etapas na revolução social. Que há que eliminar qualquer ilusão no parlamentarismo que desarmou o proletariado chileno, um dos mais politizados do continente.

O POR continua sua campanha pelo Voto Nulo, com um programa, com o programa que intervimos nas eleições. Convoca a militância a se organizar para potenciar a difusão da política da classe operária.

(Extraído do Jornal Massas, nº 278, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Como conclui o “descolonizador”

Evo Morales abaixa a cabeça diante de Mariano Rajoy e do Papa colonizador

Os berreiros da véspera foram somente um circo. Agora, Evo Morales se mostra o que realmente é: um lacaios do imperialismo.

Nada restou do berreiro em torno do bloqueio aéreo do avião presidencial na Europa, dos famosos encontros para apoiar o Presidente indígena agredido, da declaração do Presidente desrespeitado como o líder dos povos nativos do mundo e da encarnação da rebelião dos povos colonizados diante da política opressora do imperialismo. De nada valeu os protestos da UNASUL diante da OEA e da ONU, a condenação de submissão dos governos da França, Espanha, Itália e Portugal à política de espionagem da potência norte-americana. Tanto dinheiro esbanjado para armar encontros e mobilizações das “organizações sociais”. Evo Morales, em duas viagens para a Europa, primeiro para a Espanha e depois para a Itália para ser benzido pelo Papa, mostrou ser um impostor e lacaios dos colonizadores; baixou as calças diante deles implorando ajuda e investimentos para continuar saqueando os recursos naturais do país.

Quando o Presidente indígena chegou à Espanha, Rajoy de imediato exigiu – como bom colonizador que é – que o governo boliviano dê garantias aos investimentos espanhóis, bem como condenou tudo o que fez com as AFPs e outras empresas espanholas que foram obrigadas a vender suas ações ao Estado boliviano, operação financeira que o governo apresentou como se fossem “nacionalizações”.

A resposta do lacaios foi imediata, contradizendo a soberba da véspera, com humildade e servilismo jurou que na Bolívia existe toda a segurança jurídica para o investimento estrangeiro, em outras palavras, disse que nesse país se respeita o direito das multinacionais imperialistas de saquear os recursos naturais com a única condição de que deixem um pouco mais de esmola do que deixavam com os governos entreguistas do neoliberalismo.

Na Itália, Evo se reuniu com o governante desse país e com o Papa. Ao primeiro, implorou ajuda e investimentos e declarou que encerra oficialmente o incidente do bloqueio aéreo. O Presidente que exigia que os quatro países agressores pedissem perdão de joelhos, agora é ele quem visita os verdugos para render-lhes cortesia. Ao segundo, ocultando que o Papa representa a Igreja colonizadora que submeteu por mais de 500 anos os povos nativos da América, esquecendo que a Cruz juntamente com a espada foi usada como instrumento de opressão durante a conquista e a colonização, ajoelhou-se diante da “Santidade” para beijar as mãos e receber sua benção como um submisso “Cordeiro de Deus”. Ato que foi seguido por uma declaração à imprensa mundial de admiração e respeito ao chefe da Igreja católica.

Assim se confirma mais uma vez que o anti-imperialismo e o anticolonialismo dos governos supostamente nacionalistas, como o do MAS, não levam até às últimas consequências, até a conclusão de uma real libertação dos povos oprimidos com a expulsão das multinacionais e com a expropriação de todos seus bens no país. Mais cedo ou mais tarde, acabam se curvando diante do opressor estrangeiro e negociando, como bons ambulantes, esmolas, melhores benefícios e impostos pelo saque dos recursos naturais. O ciclo completo das limitações políticas do nacionalismo já vivemos com a experiência do MNR, durante a segunda metade do século passado. No caso do MAS, se repete esta experiência mas como uma paródia. O anti-imperialismo do MAS acaba como fanfarronada, como um circo para distrair os explorados de seus problemas reais, que são a fome e a miséria.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2.326, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Comentário à nova versão do Manifesto da LIT-QI sobre o golpe no Egito

Temos divergido das explicações e das posições da LIT-QI em todos os aspectos essenciais que envolveram e envolvem os acontecimentos revolucionários e contrarrevolucionários da Líbia, Egito e Síria. A última crítica do POR à LIT-QI/PSTU se deu em torno do golpe militar no Egito. No jornal Massas número 461, publicamos o artigo “LIT-QI e PSTU – posição anti-marxista diante da crise egípcia.”

Na realidade, o conflito de posições no campo das esquerdas a este respeito é considerável. Havendo um espectro de entendimento e de respostas aos grandes problemas suscitados pelos levantes das massas contra governos ditatoriais, pelos massacres, pela eclosão de guerras civis, pela intervenção do

imperialismo e pela constituição de novos governos, é preciso que a crítica seja bem delimitada. Não se pode generalizar e nem tampouco se limitar a dar alguns exemplos ilustrativos das divergências. A generalização não esclarece a essência do conflito de posições, que no fundo é sempre um conflito de classes.

O POR rechaçou as duas declarações da LIT sobre o golpe no Egito (“Nenhuma confiança no governo fantoche dos militares e do imperialismo” e “Os militares não atacam só a reacionária Irmandade Muçulmana, mas a todo o povo”). Estudamos cuidadosamente as posições ali desenvolvidas e as criticamos sobre a base dos fatos. Na revista Correio Inter-

nacional, de julho, número 11, verificamos que a declaração “Nenhuma confiança no governo fantoche dos militares e do imperialismo”, publicada no Brasil pelo PSTU, recebeu o título “Avanços e contradições da revolução egípcias”. Os aspectos fundamentais foram mantidos. Mas houve alterações, tanto de supressão quanto de acréscimo.

Os redatores da segunda versão fizeram uma introdução reconhecendo que os acontecimentos geraram “dúvidas e polêmicas (...) em uma ampla vanguarda de ativistas honestos e militantes de esquerda”. Não sabemos que vanguarda é essa que teve “dúvidas”. Será que a posição da direção da LIT-QI de apoiar a derrubada de Morsi pelo golpe militar, em nome de que as massas assim queriam, causou alguma “perplexidade”, “dúvidas” e “polêmicas” nas fileiras da LIT-QI? E será que os seus militantes aceitaram a posição da LIT-QI de que a Irmandade Muçulmana devia ser posta na ilegalidade e proibida de qualquer liberdade de expressão? Será que chegaram a refletir que os ataques dos militares à liberdade de expressão à Irmandade e a matança de centenas de seus adeptos se diferenciam em grau e não em essência? Tem sentido defender que os generais genocidas acabem com todos os direitos políticos da Irmandade e ao mesmo tempo discordar do massacre? É correta a posição da LIT de apoiar algumas medidas repressivas dos golpistas e outras não? O critério de aplicação de força excessiva não resulta na defesa de uma ditadura branda?

Tais questões que se referem a posições concretas da LIT-QI é que exprimem as perplexidades das perplexidades. Partindo delas, a militância de esquerda pode chegar ao absurdo da caracterização de que não houve um golpe contrarrevolucionário, “porque esse ‘golpe’ não significou um retrocesso, como seria a troca de regime democrático burguês por uma ditadura”. A derrubada de um governo eleito pelo voto universal por meio de um golpe militar não é um retrocesso na democracia burguesa, por mais mutilada que seja? A substituição de governadores civis por militares não é um retrocesso? A decretação do estado de sítio não é uma imposição geral ao País? Lançar a polícia sobre os manifestantes da Irmandade e assassinar centenas deles desarmados não é um brutal retrocesso? O apoio de parte da população egípcia ao golpe e ao governo sangrento que substituiu o da Irmandade é ou não é um retrocesso contrarrevolucionário?

Ocorre que a LIT-QI sentiu o chão tremer com suas posições reacionárias logo na primeira versão de sua declaração. Na segunda, procura justificar que as “dúvidas e perplexidade surgiram porque a derrubada de Morsi ocorreu a partir da combinação de elementos altamente contraditórios, que incidiram de maneira desigual no interior do processo revolucionário.” Não, senhores redatores da declaração, vocês deveriam dizer assim, sem rodeios: A LIT-QI apoiou o golpe militar porque as massas estavam a favor. Não poderia, portanto, levantar a bandeira de ***abaixo o golpe!, de defesa incondicional das liberdades democráticas!***

A contradição estava no cérebro dos morenistas, que não podiam ver a parcela da população opositora ao governo de Morsi seguir a política golpista dos liberais. Não por acaso, os redatores da declaração ajustam os fatos a seus esquemas pseudo-analíticos. Se há militantes perplexos nas fileiras do morenismo, deveriam ler com cuidado as críticas programá-

ticas desenvolvidas pelos marxista-leninista-trotskistas. Não é difícil distinguir a multiplicidade de posições entre as esquerdas. Há um mercado de idéias inflacionadas, colocadas diariamente à venda, que turva a consciência revolucionária. Por isso mesmo, a crítica deve expor com absoluta clareza as posições.

Diante de um golpe militar sangrento, que cassou as liberdades políticas, apoiado pelo imperialismo e escorado nas massas inconscientes que seguem os liberais, os marxistas tinham de caracterizá-lo como reacionário e se opor a ele com todas as suas forças. A contradição fundamental – essa sim real – se manifestou no fato das massas estarem sob direções burguesas e pequeno-burguesas incapazes de levar adiante as aspirações das massas pela revolução democrática. É preciso que se diga com todas as letras que esta somente se realizará por meio da ditadura do proletariado. Não haverá revolução democrática sob nenhuma variante de direção burguesa ou pequeno-burguesa no Egito. Temos absoluta certeza que a LIT-QI diverge dessa conclusão, sem se importar se está de acordo com experiências históricas e com os fundamentos da revolução permanente, desenvolvida por Trotsky. A explicação de que a derrubada de Morsi foi contraditoriamente progressiva, porque expressou a vontade das massas e a necessidade dos militares de se preservar no poder, foi ajustada às teses revisionistas de Nahuel Moreno da revolução permanente sobre o caráter das revoluções democráticas.

A parcela da população contrária ao governo reacionário da Irmandade Muçulmana abdicou da tarefa de derrubá-lo e depositou suas forças e confiança nas posições golpistas dos liberais e dos próprios militares. Esse fenômeno político também se passou diante de Mubarak. O que em ambos os casos se tem é que os explorados não lutavam por um governo revolucionário, que somente poderia ser o resultado da tomada do poder e da instituição da ditadura do proletariado. Sem estarem sob a direção do partido marxista, as massas não têm como lutar por um poder próprio. Esgotam suas ações diante dos objetivos dos partidos burgueses e pequeno burgueses. No caso, diante dos liberais e dos nacionalistas (ou seminacionalistas) islâmicos.

Na segunda versão da declaração, os redatores suprimiram uma importante passagem que revelava com maior clareza ainda as explicações maquinadas. Eis a passagem suprimida: “Neste aspecto, a queda de Morsi é similar à queda de Mubarak, que no final de seu governo, diante da poderosa mobilização das massas, viu a própria cúpula do exército lhe dizer que devia renunciar porque era impossível manter-se no poder”. (...) “A derrubada de Morsi representa a queda de um novo autocrata, um novo Mubarak.” Não se pode substituir a aparência pela essência. Nem reconhecer a semelhança, desconhecendo a diferença.

É completamente impróprio estabelecer uma semelhança de um ditador que governou por trinta anos, amparado nas Forças Armadas e no imperialismo, com um governo eleito, que ainda mal se acomodava no poder do Estado, que estava em conflito com a casta militar e que não servia ao manejo direto do imperialismo. A experiência das massas com a Irmandade Muçulmana no poder apenas começava. As eleições presidenciais refletiram uma divisão entre as massas que na luta pelo fim da ditadura de Mubarak havia sido posta de lado. Se a

maioria explorada não teve como derrubar com suas próprias forças Mubarak em janeiro/fevereiro de 2011 e constituir um governo revolucionário, suas enormes energias foram canalizadas pelas direções burguesas para as eleições.

Os militares afastaram Mubarak, permaneceram com as chaves do poder, promoveram as eleições e impuseram-se diante de Morsi como uma força autônoma e acima do governo. A oposição liberal (pró-imperialista) se mostrou eleitoralmente muito aquém do que parecia ser. Compensou sua debilidade amparando-se no conflito dos generais e da burocracia do Estado com o governo da Irmandade e terminou por assumir posições golpistas. Os adoradores da democracia ditada pelo imperialismo encharcaram-se de sangue dos partidários de Morsi. A renúncia de El Baradei ocorreu depois do primeiro massacre dos islamitas. Suas mãos e pés já estavam tingidos de vermelho.

Os golpistas mostraram aos liberais que não poderiam quebrar a resistência de parcela considerável da população que exigia a volta de Morsi sem impor o terror de Estado. Como se pode ver, a passagem suprimida da primeira declaração mostrava justamente os pés de barro da explicação da LIT-QI do por que não condenava o golpe e do por que defendia a repressão comedida (prisões, proibições, intervenção policial nas manifestações e desmonte das ocupações se justificavam, mas sem massacre, sem “crueldade”).

Outra passagem apagada na versão final da declaração é esta: “Para que a revolução avance é necessário derrotar esse tipo de mobilização que só serve à contrarrevolução”. O seu conteúdo foi preservado por outro tipo de formulação. Mas nesta frase suprimida está a conclusão. O inimigo fundamental da revolução, na situação criada pelo golpe, não se concentra na ditadura militar, mas na Irmandade.

A LIT pretendeu passar a ideia de que havia duas frentes distintas de choque com a Irmandade. Uma era a dos militares, que derrubaram Morsi; outra, das massas, que pediram a derrubada de Morsi. Vejamos essa passagem que tanto está na primeira quanto na segunda versão da declaração: “Há algumas semanas estão ocorrendo mobilizações frequentes a favor e contra Morsi. Nestas mobilizações acontecem fortes confrontos, que terminam em mortos e feridos. Diante disso, se impõe a necessidade de que as organizações populares, que derrubaram Morsi, tenham planos e organismos de autodefesa para impor a vontade das massas contra a reacionária Irmandade Muçulmana, de tal maneira que não dependam do Exército e da polícia para impor sua vontade”. Essa passagem segue a conclusão que foi suprimida da primeira versão.

É necessário insistir que é uma impostura a afirmação de que “as organizações populares derrubaram Morsi”. Elas serviram de apoio para os militares destruírem o governo de Morsi. Mas vejamos outro aspecto. A LIT-QI joga com a sua dialética particular, que não reflete a dialética dos acontecimentos. Não é possível separar as mobilizações dos partidários da derrubada de Morsi da ação da ditadura golpista contra a Irmandade Muçulmana. Os enfrentamentos dos partidários da derrubada de Morsi com os partidários da Irmandade são parte dos ataques da ditadura contra o movimento de resistência dos islâmicos. O chamado da LIT-QI para as “organizações populares” estabelecerem “organismos de autodefesa” não passa de uma

tentativa de separar os opositores de Morsi da ditadura sanguinária. As tais “organizações populares” não precisavam de armas próprias para combater a volta da Irmandade ao poder: estavam sob as armas da ditadura. Nota-se, assim, a importância da conclusão suprimida (“para que a revolução avance é necessário derrotar esse tipo de mobilização que só serve à contrarrevolução”). A LIT-QI se colocou no mesmo campo da parcela dos egípcios que se manifestou pelo fim do governo Morsi, que apoiou a via do golpe, que admitiu os massacres e da própria ditadura que não poderia permitir o retorno da Irmandade, o que seria uma derrota do golpe. Os generais agiram para derrotar o movimento de resistência, em nome da exigência popular. E a LIT-QI se colocou por derrotar a mesma resistência, em nome da revolução. Como o golpe militar não expressava a contrarrevolução, a tarefa não era combatê-lo, mas combater o movimento da Irmandade Muçulmana, que também era de massa. Essa “dialética” colocou os adeptos do revisionista Nahuel Moreno no campo dos golpistas.

Por mais difícil que tenha ficado a situação depois da vitória de Morsi, do governo reacionário dos islâmicos e da divisão das massas, os revolucionários não podiam deixar de continuar lutando contra a permanência do regime montado pela longa ditadura de Mubarak. Baseado no desenvolvimento capitalista do país, na sua condição de semicolônia e na estrutura de classes, é forçoso concluir que o Egito não chegará a uma democracia burguesa plena. A longa submissão dos explorados à ditadura e o longo percurso da Irmandade trabalhando incessantemente em seu seio não serão superados rapidamente.

As reivindicações democráticas e as de caráter transitório foram colocadas objetivamente nos levantes como ponto de partida da revolução, mas a classe operária não estava organizada para defendê-las. Sem o partido do proletariado, não foi possível romper o controle das massas pelos militares e pelos liberais, de um lado, e pelos islâmicos de outro. O combate ao governo de Morsi no dia seguinte de sua posse se daria através das bandeiras contra o regime ditatorial que se manteve de pé. Essa via seria distinta da apresentada pelos liberais, que se aliaram aos homens do regime para derrubar Morsi. Os marxistas assim lutariam na contracorrente da parcela da população, que gritou em favor do golpe, com a estratégia e os métodos revolucionários do proletariado. Imediatamente, se oporiam com as bandeiras: abaixo o golpe, fim do controle das Forças Armadas, desmantelamento do regime de Mubarak, por um governo operário e camponês, que convoque uma Constituinte Democrática e Soberana.

Diante do golpe, vigoraria essa mesma linha, acrescida de reivindicações contra os ataques dos golpistas à Irmandade Muçulmana, liberdade imediata de Morsi, derrubada revolucionária da ditadura golpista, apuração das matanças e punição dos que cometeram crimes contra a população e o país. O que fez a LIT-QI, desta vez, não retirou da sacola as suas conhecidas bandeiras democráticas e em seu lugar levantou as bandeiras típicas de ditaduras – proibição da liberdade de expressão e manifestação da Irmandade Muçulmana. Toda militância com um mínimo de consciência de classe e de comprometimento com o socialismo deve rechaçar a posição da LIT-QI diante do golpe militar no Egito.

Síria:

Virar todas as armas contra o imperialismo!

Trabalhadores e juventude, os Estados Unidos estão prestes a atacar a Síria. É mais uma violação da autodeterminação dos povos! Somente os próprios sírios podem decidir sobre a guerra civil e sobre os rumos da barbárie!

Os Estados Unidos e a dupla européia, Inglaterra e França, se lançam à intervenção militar contra a Síria semicolonial. A mais recente investida do imperialismo foi na Líbia, além do envio de tropas pela França no Mali.

Graças à Zona de Exclusão e o intenso bombardeio aéreo, as potências possibilitaram que a oposição ao regime destrísse o governo de Kadafi. Não há a menor dúvida – o imperialismo destruiu a capacidade defensiva do País e derrubou o seu governo. A nova administração da Líbia é servil aos Estados Unidos e funciona como agente das multinacionais do petróleo.

A ocupação do Afeganistão e do Iraque, por sua vez, pavimentou a diretriz de ampla intervenção dos Estados Unidos nos conflitos internos das nações semicoloniais.

A década de 1960 ficou marcada pela doutrina norte-americana de contra-insurgência. O seu fundamento básico foi e é o de que cabe aos Estados Unidos combater os movimentos revolucionários onde quer que eles se manifestem. A ocupação do Vietnã em 1964 resultou em uma guerra bárbara. São várias as invasões na América Latina, que tiveram seus primeiros sinais ainda no século XIX e se projetaram desde o começo do século XX.

Nem sempre o imperialismo se impôs, sem se deparar com obstáculos. No Vietnã, a heróica resistência dos combatentes impôs a derrota aos Estados Unidos. Mais recentemente, a invasão do Afeganistão e Iraque, que parecia fácil para as Forças Armadas norte-americanas, resultou em uma guerra de expulsão dos invasores. Na Líbia, não tardará para a população oprimida se dar conta de que a “ajuda humanitária” do imperialismo, na realidade, serviu para abrir as portas do País aos saqueadores de seus poços de petróleo.

A Síria está prestes a suportar um ataque militar. A justificativa é a de que o governo de Bashar Al Assad foi o responsável pelo ataque com armas químicas nos arredores de Damasco, no dia 21 de agosto. Estimam-se cerca de 1.300 vítimas, entre elas crianças e mulheres. Agrava o quadro de uma guerra interna que já provocou 130 mil mortes.

As potências haviam decidido que tipo de armamento poderia ser usado na guerra civil. As de destruição em massa, como os gases tóxicos, estavam proibidas. Barack Obama usou a expressão que ficou famosa por não ter sido cumprida ao pé da letra – Assad não poderia ultrapassar a linha vermelha demarcada pelos Estados Unidos. Tudo indica que, agora, com o último ataque com químico, chegou a hora dos porta-aviões norte-americanos despejarem mísseis sobre a Síria.

Não resta dúvida de que é importante a elucidação sobre qual dos lados fez uso da arma química. Mas não para decidir sobre o ataque das potências. Em nenhuma hipótese é admissível que o imperialismo bombardeie posições do governo. O povo sírio e os trabalhadores do mundo têm o dever de le-

vantar a bandeira da *autodeterminação da nação oprimida* e rechaçar qualquer tipo de interferência externa. Não se pode admitir nenhuma justificativa para a intervenção do imperialismo. *Todas as armas devem se voltar contra os Estados Unidos e seus aliados.*

A oposição em luta contra o regime de Assad que seguir o caminho dos bombardeios das potências – é o caso do Exército Livre da Síria e do comando político Coalizão Nacional Síria – serve aos interesses estranhos ao povo sírio.

O uso de armas químicas contra a população indica a que ponto a barbárie se instalou na Síria. Mas apenas os sírios podem e devem resolvê-la pela via revolucionária. A intervenção militar dos Estados Unidos, em nome da civilização, ampliará ainda mais o estado de barbárie. As maiores carnificinas conhecidas pela humanidade foram provocadas pelas potências nas duas guerras mundiais. O poder destrutivo cada vez maior das armas não foi nem será gerado pelos países semicoloniais.

As guerras de divisão do mundo entre as potências e de intervenção na vida interna dos países semicoloniais expressam as profundas contradições do capitalismo da época imperialista. As armas químicas são apenas uma entre muitas outras com alta capacidade de destruição. Foi inventada e utilizada pelos alemães na 1ª Guerra Mundial. Mas a Inglaterra e França logo se viram diante da necessidade de controlá-las. Em 1925, foi assinado o primeiro acordo (Protocolo de Genebra) que limitava seu uso. De nada adiantou, diante da 2ª Guerra.

Os Estados Unidos não ficaram atrás dos europeus. Na Guerra do Vietnã, lançaram toneladas de desfolhante sobre as florestas vietnamitas. Basta recordar a infâmia do uso da bomba napalm. Não se pode deixar de mencionar o ataque mais do que infame que se tem na memória – a explosão das bombas atômicas sob Hiroshima e Nagasaki.

Depois de tantas demonstrações de capacidade destrutiva criada pelo capital imperialista e manejada pelas potências, em 1972, chegou-se a um acordo de proibição de produção e estocagem das armas químicas. Ocorre que esse armamento passou para o domínio de qualquer país com certo desenvolvimento. A Convenção de Armas Biológicas e Químicas não foi outra coisa senão uma forma do imperialismo cercar o armamento de países incapazes de alcançar armas mais modernas.

Engana-se, portanto, quem submete seu julgamento à escala de valor criada pela burguesia imperialista. O horror das guerras, sejam elas do período que forem, deve servir à luta histórica pela sua extinção. Mas elas são manifestações da base econômica, das relações entre classes e entre nações. Não se deve deixar levar pelo seu lado impressionante. É uma ignomínia ao ser humano sufocar com gases crianças e mulheres indefesas. O imperialismo se vale desse sentimento universal para acobertar o que levou um dos lados em luta a lançar foguetes carregados

de sarin sobre a população. E pior ainda, o que está levando os Estados Unidos a apressarem sua operação de guerra sem antes ter a comprovação definitiva de que Assad é o responsável? O que o leva a desprezar a chamada legalidade da ONU, que afinal foi constituída pelas potências?

A Rússia e China, que são contra o ataque, indicaram a possibilidade dos opositores serem os responsáveis. O conflito interno da Síria está sob a influência de forças externas. O levante que se iniciou em março de 2011 e o agravamento dos confrontos com a violenta repressão contra os manifestantes anti-Assad em agosto (Hamah) se converteram em guerra civil. O choque armado, porém, se internacionalizou. Não estamos diante de uma guerra civil, mas de uma guerra civil internacionalizada pela intervenção do imperialismo e de seus braços auxiliares no Oriente Médio, principalmente a feudal-burguesia da Arábia Saudita.

Existe alguma possibilidade de o autor do ataque químico ser alguma das facções que lutam na Síria? Há considerável probabilidade. O armamento químico não é monopólio do Estado sírio. Certamente, numa guerra, a lógica não funciona perfeitamente, não segue caminhos tão visíveis. Não seria nada vantajoso para Assad provocar os Estados Unidos, principalmente quando os inspetores da ONU se encontravam em Damasco, a poucos quilômetros da mortandade. Esse raciocínio pode não se confirmar, mas tem todo sentido em uma guerra em que Assad está vencendo.

Com o prolongamento do conflito, verifica-se que o ditador conta com apoio de considerável parcela da população. Nesse apoio, se encontra a capacidade do regime de Assad em resistir à ofensiva das facções opositoras armadas, vinculadas a países sunitas opositores, entre eles a Turquia. A solução seria potencializar os opositores com armamento à altura do utilizado pelas Forças Armadas. Essa via encontrou um obstáculo: o Exército Livre da Síria e a Coalizão Nacional Síria da Oposição e das Forças Revolucionárias não têm o monopólio do movimento armado. Há facções islâmicas que não seguem a cartilha dos Estados Unidos ou que são seus inimigos, como é o caso dos jihadistas da Frente al-Nusra.

O imperialismo se empenhou em tornar a Coalizão Nacional a força que exerceria o poder no caso da derrubada de Assad. Mas essa via não pôde se afirmar. O avanço do exército, nos últimos meses, contra posições avançadas dos opositores, indicou o prolongamento incerto dos combates e a vitória final do regime de Assad. O ataque químico do dia 21 era o que o imperialismo precisava para pôr em prática o plano de intervenção militar.

A França e a Inglaterra imediatamente levantaram a bandeira de bombardeio à Síria. Os Estados Unidos manobram, aguardando um pouquinho com ares de quem precisava de confirmação sobre a responsabilidade de Assad. A internacionalização da guerra civil, assim, ganhará uma nova dimensão, caso Obama bombardeie o País.

A maior parte da população inglesa e francesa não quer que seus países deflagrem uma guerra com a Síria. Um ataque, qualquer que seja, equivale a uma declaração de guerra. Não importa se o país agredido será capaz ou não de respondê-lo como declaração de guerra. É sintomático que o parlamento tenha votado contra a moção do primeiro-ministro Cameron de envolvimento da Inglaterra. Se quisesse, poderia desconhecê-

la, segundo as leis do País. Na França, Hollande não pretende submetê-la ao parlamento. Poderia ocorrer como na Inglaterra, tamanha é a desconfiança dos franceses nos objetivos imperialistas.

Obama resolveu contar com o aval dos republicanos, que há muito defendem impor a zona de exclusão e armar a oposição para derrubar Assad. Os líderes do Congresso chegaram a um acordo de bombardeio por até 90 dias. Embora o prato da balança contrário ao ataque pese mais do que o favorável, tudo indica que Obama autorizará os navios e os aviões a despejarem toneladas de bombas sobre alvos do Estado sírio. Esse é o tempo suficiente para destruir a capacidade de defesa e de ataque das Forças Armadas sírias. Nestas condições, a oposição poderá retomar o terreno perdido; e o imperialismo terá como dar novos passos rumo ao objetivo de derrubar Assad.

A crise na Síria extrapola suas fronteiras nacionais. O secretário de Estado John Kerry evidenciou que a incursão contra a Síria é uma demonstração da disposição dos Estados Unidos barrarem o Irã e a Coreia do Norte, bem como o Hezbollah e o Hamas, taxados falsamente de organizações terroristas. Caso o imperialismo arrebe com a Síria e imponha um governo títere, como o da Líbia, voltará suas armas para o Irã. O Estado sionista de Israel não apenas serve de braço do imperialismo no Oriente Médio, como também movimenta poderosos setores da burguesia judia a pressionar os Estados Unidos ao intervencionismo.

A Síria tem sido um empecilho às necessidades expansionistas de Israel. A instalação de um governo servil neste país é de seu interesse.

Os levantes, revoltas, queda de governos e instabilidade política dos regimes no Norte da África e no Oriente Médio atingem os interesses dos Estados Unidos e do Estado de Israel. Até o momento, o imperialismo tem contornado. Mas a tendência das massas é a de se chocar com a dominação estrangeira e reagir à opressão nacional. Os explorados e as nações oprimidas de todas as latitudes estão diante de profundas tendências bélicas do imperialismo. A decomposição mundial do capitalismo as impulsionam com vigor.

É fundamental diante desse fenômeno que a vanguarda revolucionária explique, propague e agite a posição marxista de princípio diante do imperialismo e combata no seio dos movimentos com o programa da revolução proletária. Uma das características mais graves da guerra que despedaça a Síria e que a mergulha na barbárie é a de que nenhuma das frações opositoras empunha o programa da revolução socialista, com o qual se combate o imperialismo, o sectarismo religioso, as opressões étnicas, o atraso do país e a miséria das massas.

Em nossa luta contra a intervenção imperialista, levantamos a tarefa de **construir o partido revolucionário da Síria**, como parte das tarefas de superação da crise histórica de direção revolucionária mundial.

Trabalhadores e juventude, os Estados Unidos estão prestes a disparar seus mísseis sobre a Síria. É nosso dever revolucionário levantar a bandeira da **AUTODETERMINAÇÃO DA NAÇÃO OPRIMIDA, QUE TODAS AS ARMAS SE VOLTEM CONTRA O IMPERIALISMO**. Organizemos a luta em nossos países, essa é a melhor maneira de ajudar a Síria a encontrar o caminho das transformações progressivas.